

Doze dias de levante barram “ajuste”

Equador sublevado faz Moreno ceder e revogar “pacotão”

Fotos: AFP

FMI exigiu aumento do combustível, arrocho de servidor e aposentado

Nos últimos minutos do domingo, dia 13, o presidente Moreno anunciou a revogação do Decreto 883, quando o movimento contra o que os equatorianos sublevados denunciam como “pacotão”, imposto pelo FMI, entrava no seu 12º dia. A sublevação tomou conta do país

contra o pacote que gerou um aumento de 123% no preço dos combustíveis. O levante incluiu a ocupação do Centro Histórico da capital, Quito, por uma caravana de dezenas de milhares de manifestantes indígenas, barricadas por toda a capital, bloqueio de estradas e atos por todo o país. **Página 3**



HORA DO POVO
ANO XXX - Nº 3.729 16 e 17 de Outubro de 2019

★ ★ ★ ★ ★

Ildo: “anular homenagem da Petrobrás a patriotas é uma afronta à história do Brasil”

O governo de Jair Bolsonaro decidiu trocar os nomes das usinas termelétricas da Petrobrás que foram batizadas em homenagem a grandes personalidades da luta pelo progresso, pela democracia e pela libertação nacional do Brasil. Nomes como Barbosa Lima Sobrinho, Aureliano Chaves,

Euzébio Rocha, Rômulo Almeida, Celso Furtado, Leonel Brizola, Fernando Gasparian, Luis Carlos Prestes, Mário Lago, e outros. Para o professor Ildo Sauer, do Instituto de Energia da USP, “o governo arranhou um pretexto mentiroso para atacar a história de lutas do nosso povo”. **Pág. 2**

Bolsonaro diz que ladrão é o PSL e partido quer saber ‘cadê o Queiroz?’

Jair Bolsonaro entrou com um requerimento para que seja feita uma auditoria externa nas contas do seu partido, como retaliação à direção partidária que esboçou a intenção de punir

seu filho, Eduardo. Para o deputado Júnior Bozella (PSL-SP), “temos o caso do Queiroz e o do ministro do Turismo, e o presidente tenta encobrir esses dois assuntos com ataques”. **Pág. 3**



O país se levantou contra a submissão ao FMI. Vídeo mostrou Exército defendendo manifestantes contra a polícia

Witzel falsifica até paciente em hospital no Rio

Para inaugurar uma ala de politraumatismos em um hospital em Niterói, o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), colocou “pacientes fake” nas estruturas da unidade. Durante a cerimônia de inauguração da ala de emergência no Hospital estadual Azevedo Lima, Witzel posou com supostos pacientes, que na verdade simulavam o atendimento. O caso foi relatado pelos repórteres do jornal “O Globo”, que acharam curiosa a existência de um paciente com uma fratura exposta na perna sorrindo para as fotografias com o governador. As fotografias foram publicadas na rede social do governo. **Página 4**

Notas fiscais da campanha de ministro reforçam uso de caixa 2

REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Óleo da praia é o mesmo de barris da Shell em Sergipe
Análise do laboratório da Universidade Federal de Sergipe confirmou que o óleo encontrado dentro de barris da Shell é o mesmo que contamina o litoral do Nordeste. **P. 2**



Irmã Dulce se torna a primeira santa brasileira

O papa Francisco canonizou a Irmã Dulce, na manhã de domingo (13), em missa solene na Praça de São Pedro, no Vaticano. A esta missa compareceram 50 mil pessoas – aproximadamente 15 mil brasileiros. Irmã Dulce – Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes – nasceu em 26 de maio de 1914, em Salvador. **Pág. 4**

Os valores das notas fiscais apresentadas pela campanha do PSL de Minas Gerais à Justiça Eleitoral coincidem com planilha que também apresenta valores pagos por caixa 2 apreendida pela PF em gráfica. Uma planilha de pagamentos apreendida pela Polícia Federal na gráfica Viu Mídia, de Belo Horizonte, tem uma coluna para valores identificados como “NF”, com nota fiscal, e outra para “out”, que seriam os pagamentos por caixa 2 (não declarados à Justiça Eleitoral), no entendimento da PF. **Pág. 3**

Embraer fechada, é como Boeing atua, diz sindicato

Pág. 5

“Prévia” do PIB mostra economia estagnada em agosto: 0,07%

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma “prévia” do PIB (Produto Interno Bruto), registrou 0,07% em agosto em relação a julho, quando a economia brasileira recuou -0,16% sobre junho. O resultado do oitavo mês do ano foi divulgado pelo BC na segunda-feira (14).

Na comparação com o mês de agosto de 2018, a atividade econômica medida pelo BC apresentou queda de 0,73% na série sem ajustes – o pior para o mês desde 2017. Assim, o índice acumula alta de 0,66% no ano – e a cada mês se distancia mais das promessas de “retomada do crescimento” do período de campanha e posse de Jair Bolsonaro e seu guru econômico, Paulo Guedes. Aquela época falava-se em crescimento de 2,3% do PIB em 2019.

O BC usa como informação para medir a atividade econômica mensal os dados divulgados da produção industrial, comércio e serviços – além dos números da agropecuária e do recolhimento de impostos sobre a produção. A produção industrial caiu 1,7% de janeiro a agosto, o comércio varejista ficou estagnado em agosto (0,0%) e o setor de serviços perdeu 0,2% no seu volume no oitavo mês do ano.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e é calculado oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Frustrando as expectativas de que o crescimento em 2019 pudesse superar o resultado de 1,1% do PIB de 2018, o IBGE registrou que a economia no primeiro trimestre deste ano caiu -0,2% e no segundo trimestre teve variação de apenas 0,4% e as previsões são de que o ano feche com crescimento abaixo de 1%.

O boletim Focus do BC projeta crescimento de 0,87% no ano, com uma produção industrial negativa em 0,65%.

Vendas do comércio varejista patinam

As vendas do comércio varejista em agosto ficaram estagnadas. No varejo restrito o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou 0,1% na comparação com julho, praticamente ZERO, e no varejo ampliado, puxado pela queda nas vendas de automóveis e material de construção, o resultado foi de 0,0%, no mesmo período, segundo dados divulgados na manhã desta quinta-feira (10).

As vendas de veículos caíram 1,7% apenas na passagem de julho para agosto e, no caso de material de construção, a queda foi de 0,8%.

De acordo com o IBGE, isso indica um perfil de consumo mais básico, “associada a classes de rendimento mais baixas da população”. O desemprego e subemprego juntos já respondem por 24,6% da população economicamente ativa, ou 27,6 milhões de brasileiros.

No varejo restrito (que exclui as ativi-

dades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção), o resultado se deu pelo pequeno crescimento nas vendas de supermercados (0,6%) e de resultados negativos nas vendas de combustíveis e lubrificantes (-3,3%), tecidos, vestuário e calçados (-2,5%), móveis e eletrodomésticos (-1,5%) e artigos farmacêuticos (-0,3%).

“A variação negativa para esses tipos de produtos confirma que a população está dedicando mais seu orçamento às compras de primeira necessidade”, complementou Isabella Nunes, gerente da pesquisa.

Já a receita nominal de vendas no varejo restrito, sem descontar a inflação, teve queda de 0,2% em agosto, e o varejo ampliado ficou em 0,3%.

O IBGE também revisou para baixo os dados apresentados em julho sobre junho de 1%, conforme divulgado anteriormente, para 0,5%.

Sauer: homenagens a patriotas engrandeceram a Petrobrás



Barbosa Lima, Aureliano Chaves, Euzébio Rocha, Leonel Brizola, Mário Lago, Prestes, Celso Furtado e Rômulo Almeida foram alguns dos homenageados pela diretoria da Petrobrás, comandada por Ildo Sauer, que foram cassados pelos bolsonaristas. Fotos: Divulgação

Óleo derramado nas praias é o mesmo de barris da Shell encontrados em Sergipe

Uma análise feita nesta sexta-feira (11) por laboratórios da Universidade Federal de Sergipe confirmou que o óleo encontrado dentro de barris da Shell descobertos no litoral sergipano em setembro é o mesmo que está contaminando o litoral de todo o Nordeste.

O resultado contradiz avaliação feita pela Marinha na quinta-feira (10) de que não se tratava do mesmo óleo.

O fato desse petróleo ser o mesmo descoberto dentro de barris trazidos pelo mar para o litoral de Sergipe é uma pista concreta da origem do vazamento que já contaminou 71 municípios nordestinos.

Segundo nota da multinacional inglesa, os barris com a marca Shell encontrados nas praias de Sergipe já eram de conhecimento do Ibama e se tratavam “originalmente” de barris para óleos lubrificantes de embarcações.

Apesar desta informação da Shell, o que foi encontrado dentro dos barris era óleo cru e não lubrifi-

cante. Os barris contêm a inscrição “Argina S3 30”, um lubrificante da marca Shell, além de etiquetas da multinacional de petróleo.

Nada disso tinha vindo a público até a divulgação do laudo pela Universidade Federal de Sergipe na sexta-feira.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que saiu logo endossando as apressadas acusações, feitas por Bolsonaro e outros sub-dotados do governo, de que o óleo teria vazado da Venezuela, agora não descarta outras hipóteses.

Apesar dos barris terem sido encontrados ainda em setembro, o ministro Ricardo Salles só agora diz que está atrás de informações sobre os recipientes da Shell.

Apesar da multinacional informar que o Ibama já estava a par da existência dos barris na praia, ele, o ministro, deu mostras de que não sabia de nada.

Inclusive, além de não saber de nada sobre a existência dos barris da Shell, Ricardo Salles levou um mês para começar a se mexer quanto ao gigantesco derramamento de óleo nas praias nordestinas.

Enquanto a contaminação se expandia e demandava ajuda aos estados da região com medidas de contenção, Salles e Bolsonaro faziam acusações levianas sobre a origem do óleo. Agora, além da ajuda urgente aos estados, é preciso uma investigação séria sobre os barris da Shell.

Foto: Reprodução/TV Globo



Volume do setor de serviços recua 0,2% em agosto frente a julho, segundo IBGE

O volume do setor de serviços recuou 0,2% em agosto em relação a julho. É o quinto resultado negativo este ano, fazendo o setor ficar 1,5% abaixo do nível de dezembro de 2018.

Em relação a agosto de 2018 a queda foi de -1,4%. No acumulado nos oito meses do ano o setor registrou apenas 0,5%, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada nesta sexta-feira (11/10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De julho para agosto, houve quedas em três das cinco atividades: transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-0,9%), outros serviços (-2,7%) e serviços prestados às famílias (-1,7%).

As taxas foram positivas nos serviços de informação e comunicação (0,4%) e nos serviços profissionais, administrativos e complementares (0,5%).

Regionalmente, em relação a julho, os serviços recuaram em 19 das 27 unidades da fe-

deração.

Na comparação com agosto de 2018, o recuo do setor de serviços ficou concentrado em duas das suas cinco atividades: transportes e correio (-7,9%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (-2,6%). O setor recuou em 20 das 27 unidades da federação na mesma comparação.

“Transportes estão em queda em todas as comparações, incluindo os índices acumulados no ano e em 12 meses. Sua grande aderência com a atividade industrial explica esse comportamento”, avalia Rodrigo Lobo, gerente da pesquisa. Essa atividade participa com cerca de 30% no setor de serviços.

Com uma política econômica liquidacionista que está levando o país rumo à recessão, o resultado do setor de serviços reflete a estagnação no comércio e o recuo na produção industrial nos oito primeiros meses do governo Bolsonaro, em relação ao mesmo perí-

odo do ano passado.

O comércio varejista ampliado ficou estagnado em agosto: (0,0%). A produção industrial geral nacional cresceu apenas 0,8% frente a julho, depois de três meses em queda. A recuperação de quase toda a perda acumulada desde maio foi puxada pela indústria extrativa, que cresceu 6,6% no mês, com o aumento na extração de minério de ferro, petróleo e gás, segundo o IBGE.

O trabalho precário atinge 41,3% da população ocupada. São 38,683 milhões de brasileiros sem carteira de trabalho ou fazendo “bico”, segundo o IBGE.

Estimativas do governo Bolsonaro/Guedes para o Produto Interno Bruto (PIB) desabaram de 2,4% no início do ano para menos de 1,0% este ano.

Considerando toda a série histórica do setor de serviços, iniciada em 2011, o volume de serviços do país se encontra 12,1% abaixo do recorde, alcançado em novembro de 2014.

Ildo Sauer, do Instituto de Energia da USP e ex-diretor da Petrobrás, desmascara pretexto do governo de mudar nome das termelétricas: foram todas autorizadas

O governo entreguista e de extrema direita de Jair Bolsonaro decidiu trocar os nomes das usinas termelétricas da Petrobrás que foram batizadas em homenagem a grandes personalidades da luta pelo progresso, pela democracia e pela libertação nacional do Brasil.

O pretexto para o obscurantismo revanchista do governo foi baseado na mentira – como, aliás, tudo no governo Bolsonaro – de que as famílias e herdeiros dos homenageados da estatal não teriam autorizado formalmente o uso de seus nomes.

O professor Ildo Sauer, do Instituto de Energia da USP, e ex-diretor executivo da Área de Negócios de Gás e Energia da Petrobrás, de 2003 a 2007, que foi o principal responsável pelas homenagens que a Petrobrás decidiu fazer às personalidades brasileiras nas inaugurações e aquisições das termelétricas, desmente categoricamente as afirmações do governo.

TODAS AS HOMENAGENS FORAM AUTORIZADAS

“As autorizações estão todas lá nos arquivos da Petrobrás. É só procurar que eles acham. Isso é só um pretexto mentiroso para atacar a história de lutas do nosso povo”, disse o ex-diretor da estatal. “Isso é uma afronta à história do Brasil”, acrescentou Sauer.

Falanges bolsonaristas inventaram uma mentira sobre uma suposta falta de autorização das famílias dos homenageados para retirar as placas com os nomes dos patriotas e dos democratas que deram a vida pelo Brasil, como Barbosa Lima Sobrinho, Aureliano Chaves, Euzébio Rocha, Rômulo Almeida, Celso Furtado, Leonel Brizola, Fernando Gasparian, Luis Carlos Prestes, Mário Lago, e outros.

Barbosa Lima, Aureliano Chaves, Euzébio Rocha, Leonel Brizola, Mário Lago, Prestes, Celso Furtado e Rômulo Almeida foram alguns dos homenageados pela diretoria da Petrobrás, comandada por Ildo, que foram cassados pelos bolsonaristas (fotos: divulgação)

Para os bolsonaristas, todos esses grandes patriotas, intelectuais, artistas, escritores, empresários, etc, que contribuíram de forma decisiva para o progresso e o bem estar do Brasil, eram “perigosos comunistas”.

ATÉ O ÍNDIO DO SÉCULO XVIII ERA “COMUNISTA”

Até mesmo o índio Sepé Tiaraju (1723-1756), um dos homenageados, que morreu durante a batalha em que tentava proteger 30 mil índios de uma remoção feita pelo exército unificado dos reinos de Portugal e Espanha, e cujo processo de canonização corre no Vaticano, não escapou da perseguição das falanges de Bolsonaro.

Certamente, para os bolsonaristas, todos eles, e inclusive o índio do século XVIII, eram de esquerda e, por isso, não podem receber essas homenagens.

Já em 2007, quando de sua saída da Petrobrás, Ildo Sauer comentou sobre as homenagens que sua diretoria havia decidido fazer aos patriotas.

“Ao assumir ou adquirir esses projetos demos-lhes os nomes de: Mário Lago, Celso Furtado, Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Luiz Carlos Prestes, Sepé Tiaraju, Fernando Gasparian, Leonel Brizola, Euzébio Rocha, Barbosa Lima Sobrinho, Aureliano Chaves. Isso porque temos partido. Porque eu e meus companheiros somos parte de uma história”, disse Sauer.

Ildo considera “um descalabro sem tamanho” o que esta gente ligada a Bolsonaro está tentando fazer com a nossa história ao insultarem pessoas que tanto deram de si ao Brasil.

Em entrevista ao HP, na sexta-feira (11), o professor e ex-diretor da Petrobrás, não só desmentiu o pretexto dos bolsonaristas para tirar os nomes das usinas, como nos mandou as cópias das autorizações do familiares dos homenageados.

Algumas dessas cópias têm a assinatura de autorização direta na própria documentação da Petrobrás e outras estão com a autorização informada e com documentação registrada em cartório.

Ildo Sauer informa que as homenagens foram justas, todas elas autorizadas e “engrandeceram a Petrobrás”.

Nos casos do deputado Euzébio Rocha, responsável pelo pro-

jecto de lei que criou a Petrobrás, e de Fernando Gasparian, empresário nacionalista, divulgador das grandes causas nacionais, nós não conseguimos, por problemas técnicos, anexar as respectivas autorizações formais.

Por isso, reproduzimos pequenos trechos de mensagens do filho do deputado Euzébio Rocha, Sérgio Túlio de Almeida Rocha, e da viúva de Fernando Gasparian, Dalva Funaro Gasparian, autorizando as homenagens e agradecendo a Petrobrás pela lembrança.

“De acordo, e com meus agradecimentos”, disse Dalva Gasparian, viúva do empresário nacionalista, no documento dirigido à Petrobrás. Sérgio Túlio de Almeida Rocha, filho de Euzébio Rocha, fez questão de registrar em cartório a autorização para que a usina termelétrica de Cubatão passasse a se chamar Usina Euzébio Rocha. “Estamos inteiramente de acordo”, disse ele.

As cópias que o professor Sauer nos enviou foram anexadas abaixo em arquivos linkados e, você, caro leitor, poderá acessá-las para conhecer as verdadeiras posições dos familiares dos homenageados.

O professor Ildo Sauer contou também uma pequena história, ocorrida quando ele ainda era diretor da estatal, para lembrar que esta aberração autoritária de agora “não é uma novidade completa”.

“Minha sucessora na Petrobrás a pedido de Delcídio Amaral tentou trocar o nome de Luiz Carlos Prestes por Ramez Tebet, na usina de Três Lagoas. Teria perguntado: ‘quem é esse Prestes’. Me contou gerente presente.

Não conseguiu”, observou Sauer.

MÁRIO LAGO

Em reportagem da época, isto é, fevereiro de 2007, ao falar sobre a Termelétrica de Macaé, no Norte Fluminense, que recebeu o nome do escritor e compositor, Mário Lago, Ildo Sauer disse que mais do que homenagear esse grande artista, quem é homenageada é a estatal.

Segundo Ildo Sauer, o nome do artista está ligado à luta da campanha “O Petróleo é Nosso” e, portanto, a homenagem é justa. “Mais homenageada do que o próprio Mário Lago está sendo a Petrobrás, em poder resgatar a história de seu nascimento, associando o passado e o futuro desse empreendimento ao nome de um grande artista”, declarou.

Dentro ainda do resgate histórico que foi propiciado pela decisão da Petrobrás, e que está sendo atacada agora pelo fascismo, Ildo Sauer recorda, a título de exemplo, o episódio do descerramento da placa comemorativa na Termelétrica Canoas, em janeiro de 2007, que passou a se chamar UTE Sepé Tiaraju – em homenagem aos 250 anos da morte do líder indígena da tribo Guarani.

Na ocasião, diziam as reportagens da época, também estiveram presentes autoridades e representantes de comunidades indígenas da região (Guaranis, Caigangues e Charruas), de movimentos sociais e da cultura missionária do sul do País. O evento marcou o início das comemorações do II Encontro Internacional Sepé Tiaraju e o Povo Guarani, na cidade gaúcha de São Gabriel.

O índio guarani conhecido como José Tiaraju ou Sepé (José) Tiaraju (facho de luz), como era chamado, nasceu provavelmente em 1722 na região onde hoje é a cidade gaúcha de São Luiz Gonzaga. Os guaranis foram os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul, muitos anos antes dos europeus chegarem.

O líder missionário tornou-se uma figura histórica e lendária por conta da bravura assumida durante a resistência Guarani por suas terras. É dele a famosa frase, (“Alto lá, esta terra tem dono!”), redigida em cartas à Coroa da Espanha, após a assinatura do tratado de Madri (acordo entre Portugal e Espanha que estabelecia entre os dois países a troca do Sete Povos das Missões pela Colônia do Sacramento).

Sauer conclui a entrevista ao HP destacando que essa medida arbitrária e obscurantista não é uma medida isolada.

Segundo o professor, ela vem junto com os planos de destruição da Petrobrás e com a entrega anunciada das riquezas do Pré-Sal. “O governo está entregando o Pré-Sal sem compreender a sua dimensão: um desastre total contra o interesse público”, denunciou o especialista.

SÉRGIO CRUZ

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto Redação: fone (11) 2307-4112 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br E-mail: comercial@horadopovo.com.br E-mail: hp.comercial@uol.com.br Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

SUCURSALIS: Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679 E-mail: hprj@oi.com.br Brasília (DF): SCS O 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000 Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480 E-mail: horadopovomg@uol.com.br Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603 E-mail: horadopovope@yahoo.com.br Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passeagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823 Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Reprodução/TV Câmara

Preso por corrupção, Cunha segue PT

Cunha usa o Intercept e também pede anulação de sua condenação

O ex-deputado federal Eduardo Cunha (MDB-RJ) segue os passos do PT e pede a anulação de sua condenação por corrupção. Ele também usou os documentos divulgados pelo site Intercept Brasil, da "Vaza Jato", para pedir a anulação da decisão tomada pela Justiça Federal do Paraná.

A defesa do ex-presidente da Câmara, que ficou conhecido pela truculência e por negociatas financeiras criminosas de todos os tipos e gostos, diz que as mensagens "não deixam dúvidas sobre a inequívoca" parcialidade de Moro.

Cunha foi acusado pelo MPF (Ministério Público Federal), entre outras coisas, de ter recebido propina de cerca de US\$ 5 milhões entre 2006 e 2012. O valor era ligado a uma articulação para viabilizar a construção de dois navios-sondas da Petrobrás. Os crimes do ex-parlamentar são os de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

O ex-todo poderoso chefe do Parlamento é réu na Justiça Federal do Paraná e está pronto para receber mais uma sentença. O meliante emedebista está preso no Rio de Janeiro desde outubro de 2016 e já foi condenado em outro processo.

No documento, que foi apresentado ao juiz Luiz Antônio Bonat em 9 de outubro, e que foi divulgado em reportagem do site UOL, Cunha alega que Moro foi parcial na condução do processo.

Pegando uma carona no caso Intercept Cunha pretende passar uma borracha em todas as suas falcaturas e, quem sabe, voltar a presidir a Câmara. Ele deve achar que o episódio Intercept vai levar o povo a esquecer os milhões que ele e sua quadrilha roubaram.

Bonat é o juiz que substituiu Moro no comando da 13ª Vara Federal em Curitiba após o ex-juiz ter aceitado se somar às falanges de Jair Bolsonaro (PSL) indo para o Ministério da Justiça de seu governo. Cunha restabeleceu seu tradicional cinismo e ironizou, através de seu advogados, a opção política de Moro. "Um final de carreira brilhante para o futuro Ministro da Justiça", disse ele, na petição a Bonat.

Os advogados de Cunha utilizaram três reportagens sobre os dados do Intercept para pedir a anulação de sua condenação. Uma delas aponta que Moro seria contra o acordo de delação de Cunha.

"Rumores de delação do Cunha... Espero que não procedam", escreveu Moro ao coordenador da força-tarefa no MPF em Curitiba, o procurador Deltan Dallagnol, em julho de 2017. Os advogados dizem que a relação entre os dois é "promíscua", "ferindo de morte o sistema acusatório". "A conversa evidencia um nítido e desproporcional desequilíbrio na balança da Justiça."

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Seminário aponta que ajuste fiscal e recessão afundam Brasil na crise

A Comissão de Trabalho e a liderança da Minoria na Câmara promoveram, na quinta-feira (10), seminário com o tema "Repensando a Economia Brasileira", que debateu alternativas para a retomada do crescimento econômico no Brasil com geração de emprego e distribuição de renda.

O evento recebeu as economistas Simone Deos, professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB); e Esther Dweck, professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Convidado para o debate, o professor Luiz Gonzaga Belluzzo não pôde comparecer e enviou um vídeo em que faz um diagnóstico da grave situação econômica do país. "Estamos diante de uma crise conjuntural, que resultou de um ajuste fiscal absolutamente desnecessário", disse.

O economista lembrou que a economia brasileira, que já foi uma das mais desenvolvidas entre os países emergentes, sofreu o mais intenso processo de desindustrialização, na qual alguns setores praticamente desapareceram - como o caso da indústria de eletroeletrônicos.

A expectativa dos organizadores do evento é que, a partir deste debate, os parlamentares dos partidos da oposição possam identificar e construir eixos para o desenvolvimento, que consigam unir as forças convergentes do país em ações que conduzam a mobilização da sociedade civil e uma atuação coerente no Congresso Nacional.

Segundo a líder da Minoria, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), romper as amarras de uma visão única que vem sendo imposta há pelo menos 25 anos, de que não há outro caminho a ser seguido, é o debate central do momento político e econômico brasileiro.

"A realidade brasileira tem profunda complexidade, com dados econômicos de difícil compreensão. Como a gente chegou a essa situação, com tanto desemprego, precarização, informalidade, falta de oportunidade e perspectiva para o povo brasileiro. Mas não podemos nos limitar às constatações. Precisamos entender porque chegamos até aqui, qual é a doutrina econômica que nos fez chegar até aqui, se temos saída e quais são", resumiu.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

WALTER FÉLIX

MP-MG pede novo inquérito contra o ministro do Turismo



Isac Nóbrega/PR

Ministro do Turismo chefiou a campanha de Bolsonaro em Minas Gerais

"Não reconheço monarquia, dinastia, filho príncipe, nada disso", afirma Major Olímpio

"Gostaria que o Flávio saísse. Nunca escondi isso de ninguém", disse o senador

Em entrevista na sexta-feira (11), em São Paulo, o senador Major Olímpio, líder do PSL no Senado, disse que "os filhos de Jair Bolsonaro têm mania de príncipes e causam muitos problemas e desgastam o governo". "Não reconheço no país ainda monarquia, dinastia, filho príncipe, nada disso", ironizou o parlamentar.

As afirmações do senador por São Paulo fazem parte do furdunço que se instalou no PSL, o partido do presidente, a partir da declaração de Jair Bolsonaro de que o presidente do partido, Luciano Bivar, estaria "queimado para caramba" e mandando um seguidor esquecer o partido. O caso levou alas do partido a cobrar investigações do filho do

presidente, envolvido em falcaturas gravíssimas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

O caso ocorreu na saída do Palácio do Alvorada, na manhã de terça-feira (08), um homem se apresentou a Bolsonaro como pré-candidato no Recife pelo PSL. Bolsonaro, então, cochichou em seu ouvido: "Esquece o PSL". Ainda assim, o rapaz gravou um vídeo junto ao presidente em que diz: "Eu, Bolsonaro e Bivar juntos por um novo Recife". Bolsonaro então pediu para que ele não divulgasse a gravação.

"O cara, não divulga isso, não. O cara, Bivar, está queimado para caramba lá. Vai queimar o meu filme também. Esquece esse cara, esquece o partido", recomendou.

Bolsonaro ataca o PSL pedindo auditoria nas contas do partido

Jair Bolsonaro entrou com um requerimento para que seja feita uma auditoria externa nas contas do partido dos últimos cinco anos, como retaliação à direção do partido que esboçou a intenção de punir seu filho, Eduardo.

"A gente quer abrir a caixa-preta para que o partido honre a bandeira que a gente tinha lá atrás. Não pode pegar uma verba de R\$ 8 milhões, dinheiro público, e uma minoria decidir o que fazer", acusa Bolsonaro.

Os deputados Carlos Jordy, Filipe Barros, Alé Silva e Aline Sleutjes perderam seus cargos em comissões, lideranças órgãos partidários por terem se posicionado ao lado de Bolsonaro e contra o partido.

Na sexta-feira (11), em entrevista em São

O gosto amargo da humilhação

HAROLDO LIMA (*)

O governo de Trump acaba de mostrar que governante que não se dá ao respeito não é respeitado. Tratou Bolsonaro com o maior desprezo, desconsiderando olímpicamente as promessas que publicamente lhe fizera há poucos meses, e que provocara saltinhos de contentamento do presidente brasileiro.

O Brasil, sob Bolsonaro, inaugurou a diplomacia da subalteridade explícita, da bajulação escancarada e das contínuas ridículas dos lambetadas. Frente aos Estados Unidos, não faz qualquer esforço para demonstrar sentimento nacional, aspirações próprias, postura independente. Ao contrário, esforça-se por não deixar qualquer dúvida que é um capacho assumido.

Ao chegar à presidência da República, Bolsonaro programou logo uma viagem aos Estados Unidos. Era para dizer que estava aqui para o que der e vier. Não tinha pleitos, queria saber quais os pleitos do Trump. Levou a tiracolo um de seus filhos,

Paulo, o senador Major Olímpio, líder do PSL no Senado, disse que "os filhos de Jair Bolsonaro têm mania de príncipes e causam muitos problemas e desgastam o governo".

"Não reconheço no país ainda monarquia, dinastia, filho príncipe, nada disso", ironizou o parlamentar.

Para Luciano Bivar, presidente nacional do PSL e deputado federal por Pernambuco, Jair Bolsonaro está comprando essa briga para controlar o partido e "fazer coisas não éticas", como "contratos para assessoria de imprensa, publicidade, advogados, compliance".

A briga interna ficou pública quando Bolsonaro disse para um apoiador, que se apresentou como pré-candidato em Recife, que

esquecesse o PSL e seu presidente, o deputado Luciano Bivar.

"O cara, Bivar está queimado para caramba lá. Vai queimar o meu filme também. Esquece esse cara, esquece o partido", disse Bolsonaro.

Por sua vez, um grupo de parlamentares e filiados ao PSL acusa Jair Bolsonaro de tentar abafar casos de corrupção como o de seu filho Flávio, ou "01", com seu motorista Fabrício Queiroz, e o do ministro do Turismo, Marcelo Alvaro Antônio.

"Temos o caso do Queiroz e o do ministro do Turismo, e o presidente tenta encobrir esses dois assuntos ao mesmo tempo em que desfere ataques indevidos ao PSL", afirmou o deputado Júnior Bozella (SP).

Ernesto Araújo, e o filho que também estava lá nos Estados Unidos, acharam tudo muito bom, muito certo e oportuno. Gargalhantes, anunciaram para o Brasil o resultado estrondoso da aliança carnal que selaram com os Estados Unidos: o Brasil renunciaria à sua condição de "país emergente" na OMC e abriria mão de ajudas tarifárias no comércio internacional, reservadas a países necessitados, como China e outros do gênero. E ficaria esperando os Estados Unidos lhe conduzirem ao clube dos ricos, que lhe daria status superior.

Nem sete meses foram passados e o governo Trump, com a maior sem-cerimônia, apoia a Argentina e a Romênia para entrarem na OCDE, e não apoia o Brasil.

Integra do artigo em www.horadopovo.com.br

(*) Engenheiro, foi presidente da Agência Nacional de petróleo, Gás e Energia (ANP) e é membro da Comissão Política Nacional do PCdoB.

Novas denúncias fizeram o Ministério Público Eleitoral pedir para aprofundar as investigações

O Ministério Público Eleitoral de Minas Gerais decidiu na quarta-feira (9) pedir à Justiça a abertura de um novo inquérito contra o ministro do Turismo, Marcelo Alvaro Antônio, por uso de caixa dois na disputa eleitoral de 2018. O pedido se baseou no indiciamento do ministro, feito na sexta-feira (4), pela Polícia Federal, após a denúncia apresentada em depoimento por Ivaneete Nogueira, vice-presidente do PSL em Conselheiro Lafaiete, no interior de Minas.

O ministro já é investigado junto com mais dez pessoas pelo esquema de candidaturas laranjas para desviar recursos públicos originalmente destinados a promover candidaturas femininas do partido em Minas. Segundo o promotor Fernando Abreu, responsável pelo caso, o ministro era a principal liderança do grupo que usou candidaturas laranjas do PSL no estado.

"Pela prova dos autos, o denunciado Marcelo era a cabeça principal dessa associação que foi montada para praticar a fraude na utilização dos recursos do fundo partidário eleitoral", disse o promotor.

Marcelo Alvaro foi denunciado pelos crimes de falsidade ideológica eleitoral (com penas previstas de até 5 anos), apropriação indébita de recurso eleitoral (cujas penas variam de 2 a 6 anos) e associação criminosa (com penas que variam de 1 a 3 anos de reclusão).

A nova denúncia é de caixa dois. A vice-presidente do PSL em Conselheiro Lafaiete, que coordenava a campanha dele na cidade, afirmou que recebeu dinheiro vivo e não foi prestado conta de nada.

Ela contou à Polícia Federal que contratou cabos eleitorais, fez os pagamentos, recolheu os recibos, mas esses pagamentos não aparecem na prestação de contas da campanha do ministro, que foi reeleito deputado federal.

Ela descreveu o recebimento de R\$ 17 mil em dinheiro vivo dentro de uma caixinha de papelão dois dias antes das eleições e usou esse dinheiro para pagar os cabos eleitorais. Ela disse que fez os contratos, fez os recibos e levou para o comitê da campanha, mas um assessor do ministro, que na época trabalhava com ele quando era deputado, recusou até a pegar esses recibos e disse que não

Notas fiscais da campanha do ministro do Turismo reforçam suspeitas de caixa 2

Os valores das notas fiscais apresentadas pela campanha do PSL de Minas Gerais à Justiça Eleitoral coincidem com planilha que também apresenta valores pagos por caixa 2 apreendida pela PF em gráfica.

Uma planilha de pagamentos apreendida pela Polícia Federal na gráfica Viu Mídia, de Belo Horizonte, tem uma coluna para valores identificados como "NF", com nota fiscal, e outra para "out", que seriam os pagamentos por caixa 2 (não declarados à Justiça Eleitoral), no entendimento da Polícia Federal (PF).

Pelo menos 70 candidaturas do PSL têm valores na coluna "out", entre elas a de Jair Bolsonaro e a de seu ministro do Turismo, Marcelo Alvaro Antônio, que concorreu a deputado federal e foi eleito como o mais votado do estado.

Na prestação de contas do PSL de Minas Gerais, que engloba as duas campanhas, os valores das notas fiscais são idênticos aos da coluna "NF" da gráfica, indicando que a planilha é verdadeira.

Para a campanha de Jair Bolsonaro em Minas Gerais, por exemplo, a gráfica registrou 2.000

Em 9 meses de Bolsonaro, 7.854 km² da floresta amazônica foram destruídos

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), através dos dados do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), mostra que o desmatamento na Amazônia cresceu 96% em setembro de 2019 na comparação com o mesmo mês de 2018.

Foram destruídos 1.447 km² de floresta. Conforme as informações do Deter, julho, agosto e setembro de 2019 registraram as maiores

taxas de desmate desde 2015 e 2016 (no caso de julho) da série histórica, iniciada em 2004.

Desde que Bolsonaro assumiu a Presidência da República, ou seja, de janeiro a setembro deste ano, a Amazônia perdeu 7.854 km² de floresta. Enquanto em todo 2018 foram registrados 4.075 km² de desmate.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

ninguma necessidade. Diante desse depoimento, a Polícia Federal pediu ao Ministério Público Eleitoral que abrisse uma nova investigação, agora específica, e o MP concordou. A Justiça Eleitoral, em Belo Horizonte, decretou sigilo neste processo.

DEPOIMENTO DO ASSESSOR

Recentemente um assessor parlamentar do ministro comprometeu Jair Bolsonaro no esquema do laranjal do PSL mineiro.

Haissander Souza de Paula, assessor do ministro, afirmou em depoimento à Polícia Federal (PF) que "acha que parte dos valores depositados para as campanhas femininas, na verdade, foi usada para pagar material de campanha de Marcelo Alvaro Antônio e de Jair Bolsonaro".

Haissander foi coordenador da campanha de Alvaro Antônio a deputado federal no Vale do Rio Doce (MG). Alvaro Antônio coordenou a campanha presidencial de Bolsonaro em Minas.

Uma planilha apreendida pela PF numa gráfica corrobora a versão de Haissander. O documento indica que o dinheiro do esquema de candidatas laranjas do PSL em Minas Gerais foi desviado para abastecer, por meio de caixa dois, as campanhas de Jair Bolsonaro e do ministro do Turismo.

A planilha, nomeada como "MarceloAlvaro.xlsx", mostra fornecimento de material eleitoral para a campanha de Bolsonaro com a expressão "out", o que significa, de acordo com os investigadores, pagamento "por fora".

Apesar de todas as evidências do envolvimento do ministro e as duas denúncias já aceitas pela Justiça, Jair Bolsonaro insiste em mantê-lo no cargo, como se nada tivesse acontecido.

Por outro lado, o Ministro da Justiça, Sérgio Moro, que, quando era juiz, considerava o crime de caixa dois um delito "gravíssimo", hoje, em função do cargo no governo Bolsonaro, já relativiza bastante a gravidade do desvio de dinheiro público para, como ele dizia, "deformar a democracia".

Pelo menos quatro candidatas do PSL mineiro foram usadas para desviar recursos públicos do fundo eleitoral, segundo as investigações da PF. São Lilian Bernardino, Milla Fernandes, Débora Gomes e Naftali Tamar.

S. C.

adesivos "laminados" que custaram um total de R\$ 5.750, valor que ficou dividido entre R\$ 1.550 em "NF" e R\$ 4.200 em "out". Na prestação de contas do PSL, as duas notas fiscais para adesivos "laminados" somam apenas R\$ 1.550 registrados pela gráfica como "NF". Os outros R\$ 4.200 foram, portanto, pagos por fora.

O ministro do Turismo de Bolsonaro presidiu o PSL de Minas Gerais durante as eleições e montou um esquema para desviar os recursos do fundo eleitoral a partir de candidaturas laranjas.

Alvaro Antônio repassou R\$ 279 mil para quatro candidatas que obtiveram, juntas, apenas 2.084 votos. Desse dinheiro, pelo menos R\$ 85.000 foram usados em contratos com empresas ligadas a assessores do atual ministro.

Haissander Souza de Paula, que coordenou a campanha de Marcelo Alvaro Antônio no Vale do Rio Doce, disse em depoimento à Polícia Federal que "acha que parte dos valores depositados para as campanhas femininas, na verdade, foi usada para pagar material de campanha de Marcelo Alvaro Antônio e de Jair Bolsonaro".

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Depois de ataque às universidades, Weintraub quer país de encanadores

Bolsonarista diz defender ensino técnico enquanto mantém corte no orçamento dos Institutos Federais

Abraham Weintraub afirmou na segunda-feira (7) que “é difícil ter um bom encanador passando fome ou na fila do Bolsa Família” ao criticar o ensino superior no Brasil. Segundo o ministro da Educação de Bolsonaro, o país “está cheio de doutor sem emprego” e, pouco depois chamou os pesquisadores brasileiros de “intelectualóides”.

Nas palavras de Weintraub: “A escola pode ensinar um ofício. Aí vem o preconceito desses ‘intelectualóides’ que acham que escola técnica não é boa porque ensina ofício. Tem que ser doutor. Está cheio de doutor sem emprego, mas é difícil ter um bom encanador passando fome ou na fila do Bolsa Família. É difícil um electricista, um técnico bom, que não consegue se virar”.

Além de ser um ataque rasteiro à ciência e ao ensino superior, o discurso do Ministro não é verdadeiro. O Brasil registrou 12,6 milhões de desempregados no trimestre encerrado em agosto, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em setembro, o IBGE divulgou dados auferidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD-Contínua) onde mostra que o mercado informal no Brasil, bateu recorde histórico em agosto.

Ao todo, **41,1% da população que se declarou ocupada** trabalha sem carteira assinada e, portanto, sem renda fixa e sem direitos. Em números, essa taxa representa **38,8 milhões de pessoas**. É a maior proporção desde 2016, em plena recessão.

O número de **empregados sem carteira assinada bateu novo recorde: 11,8 milhões de brasileiros**, um aumento de 3,6% sobre o trimestre anterior (mais 411 mil pessoas) e 5,9% sobre frente ao trimestre de 2018.

Os que se declaram **trabalhadores por conta própria**, onde se enquadram os ambulantes, motoristas de aplicativos e quem vive de biscates, o crescimento em relação mesmo trimestre do ano passado foi de 4,7%, ou mais de 1,1 milhão de pessoas. Mais um recorde: **24,3 milhões de brasileiros vivendo de “bico”**.

Como podemos ver, nem todo mundo conseguiu virar encanador; muito menos fazer disso um emprego formal com as garantias de direito do trabalhador.

Tanto não é verdadeira sua afirmação, que ele mesmo não optou por um ofício técnico para ganhar a vida. Antes de se tornar ministro, Weintraub cursou Economia na USP, seguiu carreira acadêmica, foi professor universitário e se envolveu com o mercado financeiro. Porque será que ele não optou em tornar-se encanador?

As declarações de Weintraub foram dadas por conta de um programa para incentivar o ensino técnico no Brasil. O “Novos Caminhos”, como foi batizado, promete aumentar em 1,2 milhão as vagas do ensino técnico, mas não apresenta qualquer referência de que estes

cursos serão ofertados pela rede de Institutos Federais de Ensino Técnico, reconhecida pela qualidade dos cursos oferecidos.

Segundo órgãos de imprensa que acompanharam o lançamento do projeto, o “Novos Caminhos” tem os mesmos moldes do Pronatec, de Dilma Rousseff (PT) que, ao invés de investir no ensino público, pagava universidades privadas por vagas em cursos como “massoterapeuta”, “dj” e “churrasqueiro”, todos estes na modalidade de Ensino a Distância (EAD).

CORTES

Weintraub voltou a afirmar que a prioridade do governo Jair Bolsonaro (PSL) é a educação infantil e criticou as universidades federais, que já passaram por dois grandes contingenciamentos de verbas desde abril, num total de R\$ 6,1 bilhões.

Na semana passada, o MEC anunciou a liberação de R\$ 1,99 bilhão da pasta que será destinado, principalmente, para universidades e institutos federais. Porém, R\$ 3,8 bilhões ainda seguem bloqueados.

“Tenho sofrido críticas porque falo que a Educação tem que ser prioritária para creches e pré-escola e não para universidade federal. Mas cada universidade federal dessas grandes custa mais de R\$ 3 bilhões por ano. Com uma delas a gente põe todas as crianças na creche na pré-escola”, diz.

Outra mentira. De acordo com levantamento feito pelo G1, apenas uma universidade no Brasil teve orçamento na ordem de R\$ 3 bilhões em 2019, que é a Universidade Federal do Rio de Janeiro. A universidade com o 10º maior orçamento tinha previsão de receber R\$ 1,5 bilhão.

O ministro disse ainda que “é uma turma [das universidades federais] que recebia bilhões como se não houvesse amanhã e pede mais R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões, enquanto está faltando ônibus para crianças”.

Mas, a verdade é que Weintraub é contra as verbas para o ensino básico, para os institutos federais e para as universidades.

O ministro foi contra a proposta de aumentar a participação da União, de 10% para 40%, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A medida consta na PEC 15/2015, de relatoria da deputada Dorinha Seabra (DEM-TO).

O Fundeb é composto por recursos arrecadados por estados e municípios, e recebe uma complementação feita pela União de 10%. O fundo é hoje o principal mecanismo de financiamento da educação básica em todo país, que vai da creche ao ensino médio. Ele é ainda mais importante nos municípios de menor arrecadação e, portanto, mais pobres.

Por mais que Weintraub diga o contrário, a manutenção do orçamento para 2020 segue inviabilizando qualquer melhora na educação básica, no ensino técnico e no ensino superior brasileiro.



Segundo ministro, os que possuem título de doutor são intelectualóides



Suposto paciente com uma fratura exposta na perna sorri em fotos

Witzel falsificou pacientes para inauguração de ala em hospital

Para inaugurar uma ala de politraumatismos em um hospital em Niterói, o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), colocou “pacientes fake” nas estruturas da unidade.

Durante a cerimônia de inauguração da ala de emergência no Hospital estadual Azevedo Lima, Witzel posou com supostos pacientes, que

na verdade simulavam o atendimento.

O caso foi relatado pelos repórteres do jornal “O Globo”, que acharam curiosa a existência de um paciente com uma fratura exposta na perna sorrindo para as fotografias com o governador.

As fotografias da cerimônia foram publicadas na rede social de fotos do governo. No entanto, a

foto do falso fraturado foi removida da página em seguida.

Segundo “O Globo”, a Secretaria estadual de Saúde ainda não respondeu quem eram as pessoas selecionadas para a “apresentação”, ou se eram atores. Também não há informação sobre quem fez a maquiagem, ou se o serviço foi cobrado.



Irmã Dulce é proclamada santa

O papa Francisco canonizou Irmã Dulce, na manhã de domingo (13/10), em missa solene na Praça de São Pedro, no Vaticano.

A esta missa compareceram 50 mil pessoas – aproximadamente 15 mil brasileiros.

Em seu sermão (homilia), o papa comentou o episódio da cura dos leproso por Jesus, no Evangelho de São Lucas:

“Também nós – todos nós – necessitamos de cura, como aqueles leproso. Precisamos de ser curados da pouca confiança em nós mesmos, na vida, no futuro; curados de muitos medos; dos vícios de que somos escravos; de tantos fechamentos, dependências e apegos: ao jogo, ao dinheiro, à televisão, ao celular; à opinião dos outros”, disse o papa.

“Assim como hoje, os leproso sofrem, além de pela doença em si, pela exclusão social. No tempo de Jesus, eram considerados impuros e, como tais, deviam estar isolados.”

Mas, observou o papa Francisco, “os leproso são curados não quando estão diante de Jesus, mas depois, enquanto caminham”. É preciso, pois, “sairmos das nossas cômodas certezas, deixarmos os nossos portos serenos, os nossos ninhos confortáveis”.

“A fé”, disse o papa, “é caminhar juntos, jamais sozinhos”.

Por fim, o papa Francisco lembrou a gratidão como um intrínseco valor humano:

“... uma vez curados, nove continuam pela sua estrada e apenas um regressa para agradecer. E Jesus então pergunta: ‘Onde estão os outros nove?’”

E sintetizou:

“Agradecer não é questão de cortesia, de etiqueta, mas questão de fé.”

UMA VIDA

Na cerimônia da Praça de São Pedro, o Cardeal Angelo Becciu, Prefeito da Congregação das Causas dos Santos, apresentou uma biografia daqueles que seriam canonizados.

Irmã Dulce – nascida como Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes – nasceu em 26 de maio de 1914, em Salvador.

Aos 18 anos, recebeu o diploma de professora e entrou para a Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus.

Foi em 13 de agosto de 1933 que ela tornou-se a Irmã Dulce, nome que escolheu em homenagem à sua mãe.

Como professora, sua atenção dirigiu-se para os mais pobres, começando a trabalhar na comunidade de Alagados, casario de palafitas em Itapagipe.

Na mesma época, criou um posto médico para atendimento aos operários e fundou, em 1936, a União Operária São Francisco.

No ano seguinte, ela e Frei Hildebrando Kruthaup fundariam o Círculo Operário da Bahia.

Em maio de 1939, Irmã Dulce inaugurou o Colégio Santo Antônio, escola pública voltada para operários e filhos de operários, no bairro da Massaranduba.

No mesmo ano, ocupando um barcão, passou a abrigar pessoas em situação de rua e doentes, levados depois ao Mercado do Peixe, nos Arcos do Bonfim. Desalojados pela Prefeitura da cidade, ela acolheu-os, com a permissão da madre superiora, no galinheiro do Convento, transformado, em 1960, em Albergue Santo Antônio, com 150 leitos (hoje, Hospital Santo Antônio).

Irmã Dulce inaugurou, ainda, um asilo, o Centro Geriátrico Júlia Magalhães, e um orfanato, o Centro Educacional Santo Antônio e, em 1983, inaugurou o novo Hospital Santo Antônio.

Em 1988, foi indicada, pelo então presidente da República José Sarney, ao Prêmio Nobel da Paz.

Conhecida como “o Anjo Bom da Bahia”, Irmã Dulce faleceu em 13 de março de 1992, com 77 anos.

Além de Irmã Dulce, foram canonizadas, no domingo, as freiras Josefina Vannini (1859-1911), nascida na Itália, fundadora das Filhas de São Camilo; Mariam Theresia Chiramel Mankidiyan (1876-1926), nascida na Índia, fundadora da Congregação das Irmãs da Sagrada Família; e, também, o cardeal inglês John Henry Newman – ídolo do escritor irlandês James Joyce na juventude, quando, apesar de ser o maior teólogo anglicano da época, se converteu ao catolicismo.

C.L.

(Com informações de Vaticano News, O São Paulo e Agência Ecclesia.)

Policiais teriam perdido “imagens relevantes” do assassinato de Marielle

Fontes ligadas à investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, ocorrido em 14 de março de 2018, afirmaram ao portal UOL que os policiais da Delegacia de Homicídios (DH) da capital teriam perdido as imagens relevantes registradas cerca de três horas antes da execução.

Segundo a reportagem divulgada ontem pelo UOL, os agentes obtiveram “imagens relevantes” do dia do crime junto a um estabelecimento na Tijuca, mas teriam voltado ao local cerca de 15 dias depois alegando que haviam perdido o arquivo. Na segunda tentativa, no entanto, as imagens já não estavam mais disponíveis.

De acordo com a denúncia feita pelo Ministério Público do Rio, e aceita pela Justiça, os milicianos ex-PM Elcio Vieira de Queiroz e o policial militar reformado Ronnie Lessa usaram um Cobalt de cor prata e clonado para cometer o duplo homicídio, ocorrido no Estácio, Região Central do Rio.

Ainda não foram apontados os mandantes no assassinato. A demora para a resolução do caso motivou o pedido ao STF, da então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, para a federalização da investigação.

Ainda segundo o UOL, o delegado Gínilton Lages, primeiro a chefiar as investigações do

crime, admitiu em depoimento à Justiça que houve falhas na busca pelas imagens dos assassinatos no trajeto percorrido no dia do atentado. Segundo ele, os policiais coletavam as imagens de câmeras de segurança de estabelecimentos comerciais localizados ao longo do trajeto do carro em pendrive, mas, ao submeter o material ao setor responsável, descobriam que os arquivos haviam sido salvos em “formato errado”.

Nestes casos, os agentes até voltavam ao local para salvar novamente as imagens, mas nem sempre conseguiam recuperá-las. Foi o que teria acontecido com as imagens coletadas no comércio da Tijuca.

De acordo com o relatório produzido pela DH, a primeira imagem obtida do carro dos suspeitos foi registrada às 17h34 daquele dia, no Quebra-Mar, na Barra da Tijuca, Zona Oeste. Segundo a reportagem do UOL, os agentes que investigam o caso teriam obtido outras “imagens relevantes” vindas de um estabelecimento na Tijuca, já na Zona Norte.

As 18h16, as câmeras de um estabelecimento comercial flagraram o mesmo carro na Tijuca. A próxima imagem do veículo surge às 18h44, na Rua dos Inválidos, na Lapa, onde Marielle participou de um debate antes de ser assassinada.



Leito do Rio Paraopeba foi devastado pelos rejeitos de minério da Vale Abastecimento de água de Belo Horizonte fica em risco após crime da Vale em Brumadinho

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJM-G) autorizou, na terça-feira (8), que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) entre em imóveis particulares, na zona rural de Brumadinho, para instalar um novo sistema de captação de água no Rio Paraopeba.

A obra ocorrerá acima do ponto em que a captação existente teve de ser interrompida, devido à contaminação do curso d’água por rejeitos de minério após o rompimento da barragem da mineradora Vale na Mina Córrego Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro.

O rompimento da barragem da Vale causou a morte de 250 pessoas e o desaparecimento de outras 20. Além da devastação do leito do Rio Paraopeba, principal fonte de captação de água para a capital mineira.

Segundo a ação judicial que permitiu o início das intervenções, os reservatórios que abastecem a região correm “risco iminente de entrar no volume morto em junho de 2020”.

A condição para isso é que a empresa deposite em juízo, previamente, o valor em que os bens situados na área foram avaliados, R\$ 480.876,25.

Nos casos em que for necessário demolir edificações e desalojar os moradores, a Justiça também determinou que a Copasa obedeça o prazo de 30 dias para ingressar nos terrenos. A área foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação de pleno domínio pelo Decreto Estadual 464/2019.

Com a interrupção dessa captação após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, o nível das três represas começou a declinar. Os

volumes dos reservatórios somavam até semana passada, 137.698.530 metros cúbicos de água ou 41,75 milhões de metros cúbicos a menos do que na mesma data do ano passado, aproximando-se do volume armazenado no mesmo período de 2017, quando a captação no Rio Paraopeba operava normalmente e o sistema se encontrava em processo de recuperação.

Segundo dados dos níveis de reservatório da Copasa, pela primeira vez neste ano o volume no conjunto de represas do Sistema Paraopeba caiu abaixo da metade, chegando a 49,9% da capacidade de armazenamento. Em termos de monitoramento mensal, esse é o menor percentual desde dezembro de 2017, sendo que em maio de 2018 o complexo atingiu o pico de 78,4% de acumulação.

Após entrega à Boeing, Embraer fecha e anuncia férias coletivas



“Fim da unicidade sindical é golpe contra os sindicatos”

ADILSON ARAÚJO*

Nesta quarta-feira (09) um grupo de parlamentares encabezado pelos deputados federais Marcelo Ramos (PL-AM) e Paulinho da Força (Solidariedade-SP) protocolou na Secretaria Geral da Mesa da Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que extingue a Unicidade Sindical e institui o pluralismo.

Embora respaldado pelas cúpulas de algumas centrais, contrariando neste caso as próprias bases, trata-se de mais um golpe contra o movimento sindical e a classe trabalhadora, orientado pela mesma lógica da reforma trabalhista, que acabou com o Imposto Sindical, da terceirização irrestrita, das MPs 873 (que adicionou novas dificuldades ao financiamento das entidades sindicais) e 881 (da intitulada Liberdade Econômica, que também mutilou direitos trabalhistas), e outros retrocessos impostos pelos governos Temer e Bolsonaro.

Pulverização

Ao permitir a criação de mais de um sindicato numa mesma base e extinguir o conceito de categorias profissional e econômica, restringindo o alcance das convenções e acordos coletivos aos sócios dessas entidades, a proposta assinada por Marcelo Ramos acena para a pulverização e o caos na organização da classe trabalhadora.

Ao contrário do que ocorre hoje, com a Unicidade, que só admite a criação de uma entidade numa mesma base (tendo por universo mínimo o município), uma dezena ou mais de sindicatos pode reivindicar e disputar a representação de uma mesma categoria. Obviamente isto significa divisão e dispersão das bases, o que só beneficia o patronato.

O projeto também prevê que as convenções e acordos coletivos “só alcançarão os associados das entidades sindicais”. Conforme observou o jornalista João Franzin “menos de 5% das empresas são associadas a sindicatos. Então eu pergunto: elas serão obrigadas a cumprir as normas celebradas em convenções ou acordos coletivos ou a imensa legião de empregados dessas empresas ficará à margem dos benefícios das convenções, acordos e normas coletivas negociadas pelos sindicatos?”

Quem vai lucrar?

O lucro extraordinário que o capital vai usufruir se conseguir se eximir do pagamento de direitos e benefícios hoje extensivos a dezenas de milhões de trabalhadores e trabalhadoras que são ou não sindicalizados ou trabalham em empresas não sindicalizadas, não será pequeno ou desprezível.

Parece óbvio, igualmente, que a exclusão dos não sócios tanto dos acordos e convenções quanto do financiamento das entidades sindicais divide e enfraquece a luta sindical também por outros caminhos e motivos. Com certeza vai estimular as práticas antissindicalistas do patronato, já que o trabalhador não sindicalizado vai lhe “custar menos”. Seria uma tragédia para o sindicalismo no campo e na cidade, que já amargou inúmeros retrocessos desde 2016.

Hoje, as mobilizações e ações que precedem as negociações coletivas (como a greve) não se restringem aos sócios, abarcam o conjunto das categorias. Mas quem (entre a massa majoritária de não sócios) participaria de uma paralisação que embute riscos (desconto dos dias parados e, não raro, demissão) sem a perspectiva de quaisquer benefícios?

Teríamos lutas restritas aos sócios, que (salvo honrosas exceções) nunca foram e não são maioria da base sindical, seja de empregados ou empregadores. Com isto morre também o princípio solidário que deu origem à organização sindical, instituída pela própria classe trabalhadora com o propósito de lutar contra a exploração e opressão capitalista.

A luta já não seria feita em nome da classe, mas para benefício de uma parcela minoritária constituída pelos sindicalizados e, em primeiro lugar, da própria máquina sindical. Estaríamos bem mais próximos do chamado sindicalismo de negócio, desconectado das amplas massas trabalhadoras.

São muitas as razões que justificam a posição firme da CTB, reiterada na 21ª Reunião da Direção Executiva, em defesa da Unicidade Sindical e contra o pluralismo. E esta, também, a opinião majoritária nas entidades sindicais brasileiras.

*Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Reprodução Facebook



Weller Pereira Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SJ

José Cruz/Agência Brasil



Medida atingiria jovens e pessoas desempregadas há mais de dois anos

Governo pretende criar subcategoria de emprego: menos FGTS e multa rescisória

O ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, estuda a criação de uma subcategoria de emprego, segundo divulgou o jornal BBC News Brasil, na quinta-feira, 10.

A proposta do governo é criar uma “modalidade de contrato” de trabalho com ainda menos direitos para jovens entre 16 e 24 anos e para trabalhadores que estejam desempregados há mais de dois anos.

Segundo a proposta, para essa “modalidade”, estão previstas medidas como a isenção do patronal de sua contribuição previdenciária ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), a redução do percentual pago pela empresa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), de 8% para 2%, e também a multa rescisória seria reduzida de 40% para 20%, em casos de demissão sem justa causa.

Segundo a proposta, em

relação à contribuição previdenciária, caberia ao Tesouro Nacional desembolsar os recursos para cobrir a parte do patronal. Além dessa isenção às empresas, aumentando a já bilionária política de isenções fiscais da Previdência Social, as empresas teriam reduzido o percentual do FGTS.

As medidas atingem diretamente o trabalhador que, além de ter um saldo reduzido do seu Fundo, receberá muito menos se demitido sem justa causa. Isso tudo com o argumento de estimular a criação de emprego.

Ao contrário, a reforma trabalhista criou um cenário de maior vulnerabilidade das condições de trabalho no país, alterando cerca de cem pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criando a figura do trabalhador intermitente (sem garantia de jornada fixa, portanto, sem salário fixo e sem vínculo com a empresa),

e reforçou a possibilidade de terceirização da atividade-fim das empresas, por exemplo.

Em relação à geração de emprego, a situação só piorou. Segundo dados do IBGE, no trimestre encerrado em agosto, os empregados sem carteira assinada totalizaram 11,8 milhões de pessoas e os autônomos somaram 24,3 milhões de trabalhadores. Esses são os maiores índices da série histórica, iniciada em 2012.

As discussões sobre o tema no Ministério da Economia estão sendo chefiadas pelo ex-deputado federal Rogério Marinho, que hoje comanda a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Marinho foi o relator da reforma trabalhista no governo Temer. Também participam da discussão os integrantes da Secretaria de Política Econômica, comandada por Adolfo Sachsida.

Servidores preparam reação a projeto que precariza categoria e ataca direitos

Servidores se reuniram para debater medidas anunciadas pelo governo. Foto: Fonacate

A proposta de reforma administrativa, que deve ser apresentada pelo governo ao Congresso Nacional nos próximos dias, vai afetar diretamente os servidores públicos e já mobiliza a resistência entre as entidades da categoria.

“A intenção do governo está clara, é a destruição do serviço público. Para enfrentar os desafios que se avizinhm, precisamos rearticular o movimento sindical”, afirmou o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical), Rudinei Marques.

A proposta da equipe econômica de Guedes prevê a extinção da estabilidade para novos servidores, redução drástica (em até 80%) do número de cargos,

além de flexibilização de regras para que se possa remanejar funcionários com atribuições semelhantes sem esbarrar em questões judiciais, redução da jornada e dos salários do funcionalismo e fim da progressão automática por tempo de serviço.

Outra proposta presente na reforma é precarizar o trabalho no setor público, como já vem sendo feito no setor privado com as novas regras implementadas pelo governo. A ideia é criar categorias de servidor temporário e uma outra, ainda sem nome definido, que vem sendo chamado pela equipe econômica de “trainee”. Segundo informou a Folha de S. Paulo, na primeira categoria, o funcionário poderá ficar como temporário por até oito anos. Já na categoria de “trainee”, a proposta é que o trabalhador só seja efetivado após dois anos, passando por avaliações de desempenho.

Para o secretário-geral

“Não sabemos se vamos continuar produzindo aqui ou se os aviões serão produzidos nos EUA”, afirma Weller

Embraer anunciou na quinta-feira, 10, que vai conceder férias coletivas a seus 15 mil funcionários em janeiro de 2020.

De acordo com as informações da empresa, o objetivo é preparar a entrega do controle da estatal para a estadunidense Boeing. “O objetivo [da licença] é implementar a segregação interna do negócio de aviação comercial”, disse a Embraer em comunicado.

A decisão deixou os trabalhadores preocupados. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, a ameaça de perder o emprego é constante.

Nesta sexta-feira, 11, o sindicato procurou o prefeito da cidade, Felício Ramuth (PSDB), para intermediar uma negociação a fim de garantir os empregos e negociar os termos de acordo coletivo da categoria. De acordo com a empresa, a princípio, os salários serão pagos normalmente durante o período de 6 a 20 de janeiro.

A Embraer entregou 80% da divisão de planos comerciais para Boeing por 4,75 bilhões de dólares, numa transação questionada por especialistas brasileiros.

“Embraer fechada e férias coletivas mostram como Boeing quer atuar no Brasil”

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Weller Pereira Gonçalves, declarou, em entrevista ao HP, que os trabalhadores vão iniciar uma campanha contra o fechamento da fábrica e as férias coletivas anunciadas pela Embraer.

O objetivo do Sindicato é mobilizar a categoria e denunciar os prejuízos que a entrega da empresa já está causando aos trabalhadores e reverter a medida.

“Vamos intensificar a campanha para impedir esse ataque aos trabalhadores. Com a Boeing na direção da empresa está claro que o que eles querem é

precarizar o trabalho. Na nossa campanha salarial, pela 1ª vez a empresa propôs retirar benefícios. A manutenção dos empregos não está garantida. Não sabemos se vamos continuar produzindo aqui ou se os aviões serão produzidos nos Estados Unidos”, afirmou.

O dirigente reafirmou também que o Sindicato, assim como outras entidades, mantém total objeção à entrega da Embraer.

“Movemos uma Ação Civil pública questionando a transação, a Associação de Acionistas Minoritários (Abradin), também entrou na Justiça. Nós não jogamos a toalha e seguimos a batalha contra e venda da Embraer, que é muito ruim para os trabalhadores, para o município e para o país. Vamos continuar mobilizados em defesa dos empregos e da soberania nacional. É inadmissível essa transação”, completou.

Na semana passada, dia 8, o Sindicato se reuniu com Ciro Gomes, ex-governador e candidato à Presidência nas últimas eleições, para debater a venda da estatal.

Durante a reunião, Ciro reafirmou que seu posicionamento, de que se trata de um crime contra a soberania nacional.

Para o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, Herbert Claros, “independente de questões partidárias, a luta para que a Embraer fique nas mãos dos brasileiros precisa do apoio de todos. Ciro Gomes sempre foi claro em seu posicionamento contra a venda para a Boeing, assim como o nosso Sindicato. Mesmo que a transação comercial entre as duas empresas já esteja em sua reta final, nós não vamos jogar a toalha. A Embraer foi construída por brasileiros e é um patrimônio nacional”, afirmou.

Também participaram da reunião, o presidente do PDT, Carlos Lupi, o presidente regional do PSTU, Toninho Ferreira, e o advogado do Sindicato, Aristeu Pinto Neto.



Petroleiros de SP rejeitam proposta da direção da Petrobrás e aprovam greve

Em assembleia na última quinta-feira (10) os petroleiros do litoral paulista rejeitaram a proposta de acordo coletivo e aprovou greve a partir do dia 16.

Segundo os petroleiros, a proposta apresentada pela Petrobrás, mesmo sofrendo algumas modificações a partir da mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST), continua rebaixando salários e retirando direitos históricos da categoria. Entre as cláusulas da proposta está o reajuste abaixo da inflação (70% do INPC), redução do pagamento das horas extras dos feriados de 100% para 50% e mudança na jornada podendo a empresa implantar turnos de 12h sem diálogo prévio com os trabalhadores e sindicatos.

Assembleias para votação da proposta vem acontecendo em todo o país e existe um indicativo de gre-

ve geral da categoria. “Caso a direção da Petrobrás não atenda às demandas dos petroleiros e petroleiras, a categoria entrará em greve nacionalmente”, afirma a entidade.

Minutos antes da assembleia, o sindicato foi intimado, com um mandato de segurança, para que gerentes, coordenadores e supervisores também tivessem direito a voto, apesar do Estatuto do sindicato vetar votos de cargos de confiança. Esses votos foram apurados separadamente e sua validação está sub judice.

Mas, segundo informou o Sindipetro, mesmo com todos os funcionários de cargos em confiança tendo votado pela aprovação da proposta do TST e contra a greve, esses votos, se validados, não alteram o resultado aprovado pela maioria da assembleia

Netanyahu foge de reunião da própria coligação com menos de 10% de presença

Netanyahu, sem dar explicações, deixou de comparecer ao que seria uma grande aclamação para que continuasse à frente da coligação Likud, no esforço insano de formar gabinete ministerial com ele à frente.

Acontece que ele acabou de ser derrotada nas eleições de 17 de setembro, pelo estreante Benny Gantz e sua também estreante coligação Kahol Lavan (Azul e Branco).

Depois de desafiado por algumas lideranças destacadas de seu bloco, um ex-ministro de seu governo, o deputado Gideon Sa'ar, à frente, foi convocada para o dia 10 de outubro uma plenária do Comitê Central do Likud, que abriga 3.800 integrantes (resquícios do tempo de glória e de domínio político israelense dos direitistas sedentos de sangue árabe no período pós assassinato de Itzhak Rabin, quando havia que acomodar bastante gente).

Para sua desagradável surpresa, quando Netanyahu foi informado de que no auditório capaz de abrigar toda a parafernália likudista só havia 300 pessoas, menos de 10% dos integrantes da direção, Netanyahu decidiu-se pela ausência. Na opinião de Yossi Verter, colunista do Haaretz, o motivo só pode ser um: o medo da fotografia diante das fileiras de cadeiras vazias.

Arguido poucos dias antes pela Procuradoria Geral do Estado de Israel em questões referentes a três processos por fraude, suborno e quebra de confiança, o que pode jogá-lo atrás das grades, como, aliás, já aconteceu com o ex-premiê Ehud Olmert, Netanyahu só está com a tarefa de formar em torno de si um gabinete ministerial, por indicação do presidente Reuven Rivlin, porque conseguiu reunir 55 apoiantes (13 além das parcas cadeiras alcançadas pelo Likud, em um desengonçado apoio dos ultraortodoxos judeus e os da chapa Yemina – Rumo à Direita, em hebraico – cuja cabeça é ocupada por uma candidata que se assumiu abertamente como fascista). Mas, há mais de uma semana da tarefa não consegue passar disso.

Aqui, uma pequena digressão sobre a fascista Ayelet Shaked, a mesma que já disse ser ‘justo matar mulheres palestinas grávidas’ para evitar o nascimento de ‘terroristas’. Tanto ela, quando seus pares a exemplo de Smotrich, que acaba de dizer que os palestinos “são hóspedes em Israel” e que não ficarão lá “por muito tempo”, se dizem exemplares “nacionalistas judeus”. Como pode? Uma admiradora do fascismo, aliado de primeira hora do nazismo que bestialmente perseguiu exatamente os judeus, se dizer apoiador radical do judaísmo? Não é bestial?

Mas, voltemos ao tema central.

A reunião com os menos de 10% elementos da direção likudista que ainda nutrem a esperança de desfrutarem de mais um mandato em cargo público israelense sob o manto corrupto de Netanyahu, aprovou sua candidatura a premiê. Mais uma vez acertou o colunista Verter, com apenas 300 dos 3.800 votos possíveis: “Um carimbo é uma demonstração de fraqueza de Netanyahu”. De fato, se nem ao seu partido consegue empolgar mais...

Vale, acredito terminar esta matéria com mais uma lembrança recente. Quando ele perdeu para Gantz, nas eleições de 17 de setembro, aquele que Bibi ostentava como grande aliado, Donald Trump, de quem Netanyahu espalhou cartazes do tamanho de prédios, de mãos dadas ao chefe da Casa Branca com afetivos sorrisos e a afirmação: “Uma liga diferente”, como demonstração de força aos eleitores, nem se dignou a ligar para expressar solidariedade. Questionado sobre o dar de ombros a um “amigo” Trump foi lacônico: “Meu compromisso é com Israel”. Será?

Governo colombiano mantém arrocho orçamentário e os estudantes voltam às ruas

Depois de assinado um acordo com o presidente Iván Duque para aumentar o orçamento da Educação, os estudantes das universidades públicas e privadas colombianas ocuparam novamente as ruas denunciando o despeito ao que foi acertado.

Uma marcha de alcance nacional foi convocada pela União Nacional de Estudantes da Educação Superior (UNEES) e da Associação Colombiana de Representantes Estudantis da Educação Superior (ACREES), em rechaço à corrupção, à repressão contra os protestos e exigindo o “cumprimento integral” dos acordos feitos com o governo no final do ano passado.

Os estudantes atenderam à convocação de suas entidades e milhares de universitários tomaram as ruas, na quinta-feira, 10, nas principais cidades da Colômbia para exigir o aumento do orçamento destinado à educação pública, prejudicada pela falta de recursos.

Os estudantes denunciavam que o governo não cumpriu uma série de tratos, como ampliar para 4,5 trilhões de pesos colombianos (US\$ 1,3 bilhão) os investimentos nas instituições de ensino superior do país além de combater a corrupção na Educação, que assola especialmente as universidades de Bogotá.

“Queremos que se cumpram os acordos firmados o ano passado”, disse à AFP Juan David Patiño, estudante de economia da Universidade Nacional, que marchava

sob chuva em direção ao centro de Bogotá.

Segundo os universitários, o governo se comprometeu a destinar cerca de 86 milhões de dólares à Colciencias, organização que dirige a pesquisa científica do país, mas só destinou menos de um terço, 23 milhões.

“Chegou uma parte (do orçamento pactuado), mas não completo. Assim todo nosso trabalho fica prejudicado e até os materiais que precisamos ficam não só defasados, como também estragados. Pedimos o orçamento completo, é para o bem do nosso país”, assinalou o estudante de engenharia, Danilo Cruz, que carregava um escudo com a palavra “paz” que, assegurado, usaria para se defender e a seus companheiros em caso de choques com a polícia.

Com consignas e cartazes, os universitários protestaram ainda contra casos de corrupção em algumas entidades educacionais e em rechaço de “abusos” no uso da força da polícia antidistúrbios em recentes manifestações estudantis.

As marchas aconteceram em Bogotá, Cali, Medellín e Barranquilla mesmo diante de um forte aparato policial. Em manifestações anteriores a polícia se chocou com os manifestantes.

No ano passado, professores e estudantes organizaram cerca de dez jornadas de protesto com paralisações que se prolongaram durante mais de dois meses e terminaram com o acordo que hoje é sabotado pelo governo de Duque, que mantém a Educação sob arrocho orçamentário.

Levante popular no Equador barra pacote imposto ao país pelo FMI



Equatorianos celebraram a vitória no Centro Histórico de Quito

Tito Amorim - Comunicasul

Senadora Salvatierra: “Eleição de Evo será marco para aprofundar nossa soberania”

A presidenta do Senado da Bolívia, a jovem Adriana Salvatierra, de 29 anos, afirmou que mais do que uma disputa eleitoral, as eleições do próximo dia 20 de outubro em seu país serão “um marco”, “refletindo as tensões vividas nos processos da América Latina entre o aprofundamento da democracia política e econômica ou as limitações que pode deixar a administração de um novo modelo”. Em entrevista exclusiva dada à nossa reportagem em Santa Cruz de la Sierra, a líder boliviana lembrou que o “período neoliberal, de 1985 a 2005, largou o Produto Interno Bruto com US\$ 9,5 bilhões, enquanto este ano, sob o comando do presidente Evo Morales, será encerrado com um PIB de US\$ 43 bilhões. Salvatierra frisou que isso só foi possível pelo “resgate da soberania nacional”, que “passou pela recuperação do controle dos recursos naturais estratégicos, pela recuperação das empresas do Estado que desde 1985 haviam sido privatizadas e capitalizadas”. Logo depois, progressivamente, assinalou, “com os excedentes gerados a partir de três grandes áreas, a grande indústria, a mineração e os hidrocarbonetos, dinamizamos a economia, o processo de substituição de importações e fortalecemos o mercado interno”. São esses números, enfatizou, que tornam possível “que sigamos sendo pelo sexto ano consecutivo o país que mais cresce na América Latina, com uma média de 4,5% do PIB”. Boa leitura!

Na sua avaliação, qual a importância da juventude para a continuidade e o aprofundamento deste processo?

A juventude terá uma importância central, na medida em que seja uma geração que possa continuar apostando



Adriana Salvatierra, presidente do Senado da Bolívia

nos grandes pilares deste processo de transformação, deste processo de mudanças. Eu vejo que existem jovens que têm um pensamento bastante conservador, que naturalizaram as grandes transformações que se vivem no país. São jovens para quem o comum da sua vida é o acesso à educação, o acesso aos serviços públicos básicos, à moradia, que os veem como direitos garantidos, mas que provavelmente não tiveram contato com a luta que houve por detrás destas conquistas e que hoje são desafiados por outras coisas, por demandas mais vinculadas ao urbano, ao meio ambiente e com outras sensibilidades democráticas. Isso só é possível porque têm garantido neste momento elementos-chaves que os nossos pais, os nossos avós não tiveram, principalmente o acesso à educação, à democratização da riqueza, às condições que tornam a vida digna. Então, se falamos de uma juventude que tem arraigada em si mesma direitos conquistados, princípios que foram centrais em nossa revolução democrática e cultural, falamos de uma juventude que pode garantir a continuidade e o aprofundamento deste processo. Porém existem

correntes internacionais que não vão neste sentido e pelas quais os jovens estão sendo permanentemente influenciados, e das quais não sei se são vítimas ou sujeitos de um cerco ideológico.

Há uma intensa luta política e ideológica por detrás destas diferentes visões de mundo. Em relação a este ponto de vista, crês que o processo poderia ter feito ou possa fazer mais, particularmente no que diz respeito ao papel dos meios de comunicação?

Acredito que cometemos erros, inclusive do Estado, no processo educativo e na interpretação dos nossos próprios resultados. O professor argentino Ricardo Foster diz que temos nos equivocado no momento de interpretar o impacto das políticas públicas e o impacto do processo de transformação. Por exemplo, ele dizia: nós, em nossos governos, seguimos avaliando o ser humano a partir da capacidade de consumo e não a partir dos direitos conquistados.

LEONARDO WEXELL SEVERO - de Santa Cruz - Bolívia

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Oposição lança plano de 100 dias para recuperar Argentina do desastre macrista

A poucos dias da eleição presidencial na Argentina, mais de 700 especialistas do Partido Justicialista, partido que integra a Frente de Todos pela qual concorre a chapa Alberto Fernández e Cristina Kirchner, respectivamente à Presidência e à Vice-Presidência da Argentina, elaboraram um programa integral com medidas econômicas, sociais, trabalhistas, impositivas, educativas, de saúde, de comércio exterior, de moradia e financeiras, que abrangem 18 áreas estratégicas de governo, para serem aplicadas de imediato. Nessa tarefa estiveram trabalhando também membros das equipes técnicas de Fernández. Publicamos a seguir artigo divulgado pelo jornal Página 12, no domingo, 13.

O Plano de Governo de 100 dias do Partido Justicialista da Argentina.

Revisar de forma integral a operação de créditos hipotecários ajustados por Unidade de Valor Aquisitivo, UVA (custo médio de

construção de um metro quadrado de moradia).

ALFREDO ZAIAT*

Referenciar à moeda nacional as tarifas de serviços, transporte, combustíveis e energia. Além disso, congelá-las até uma revisão integral para avaliar custos e planos de investimento das empresas prestadoras do serviço. Eliminar as retenções [impostos sobre exportações] às produções regionais que estejam em situação crítica e estabelecer retenções segmentadas por tipo de produção. Restituir as moratórias previdenciárias que permitiram acessar ao pagamento mínimo àqueles que não contavam com contribuições suficientes. Por em marcha negociações paritárias livres com aumentos acima da inflação para recompor o mais rápido possível o poder aquisitivo dos trabalhadores. Aplicar um imposto extraordinário sobre a rentabilidade registrada pelo setor financeiro. Mais um outro imposto extraor-

dinário e com alíquota progressiva de 2 a 15% sobre as pessoas que aderiram ao último branqueio [procedimento e mecanismo encarregado de dar legalidade e introdução no mercado a ativos ilegais]. Aumentar benefícios (aposentadorias, pensões e Atribuição Universal por Filho, AUH) para recuperá-los até o nível da inflação do período 2016-2018. É entregar um bônus por uma única vez que compense a diferença entre a inflação registrada e o incremento das receitas nesse período. Reativar as linhas de crédito produtivas do Banco Central.

Ginés González García foi o coordenador dessas 18 comissões das quais participaram mais de 700 especialistas. Da leitura atenta desse documento pode-se extrair o plano que o PJ propõe para os primeiros 100 dias do governo de Alberto Fernández.

* Economista argentino. Matéria na íntegra pode ser lida em: www.horadopovo.com.br

A revogação do Decreto 883 de Moreno por submissão ao FMI, o que elevou os preços dos combustíveis em 123%, foi conquistada com 12 dias de sublevação

Nos últimos minutos do domingo, dia 13, o presidente Moreno anunciou a revogação do Decreto 883, quando o movimento contra o que os equatorianos sublevados denunciam como “pacotão”, imposto pelo FMI, entrava no seu 12º dia.

Veja neste vídeo imagens da sublevação: https://elpais.com/internacional/2019/10/10/america/1570738414_412667.html

A sublevação tomou conta do país contra o pacote que gerou, logo no dia 3, dia seguinte ao decreto, um aumento de 123% no preço dos combustíveis.

O levante incluiu a ocupação do Centro Histórico da capital do Equador, Quito, por uma caravana de dezenas de milhares de manifestantes indígenas, barricadas por toda a capital, bloqueio de estradas e manifestações por todo o país.

REPRESSÃO

Durante os 12 dias de protesto, o governo jogou o aparato policial e forças militares contra os manifestantes. A Defensoria do Povo, apesar de ser um órgão governamental, também se ergueu contra a agressão do governo ao povo e passou a divulgar boletins diários sobre as prisões em massa e a agressão aos manifestantes, que deixou um número absurdo de feridos. Segundo o boletim emitido no último dia dos protestos, o número de manifestantes mortos chegou a 7, 1340 pessoas foram feridas e 1152 manifestantes detidos.

De fato, os equatorianos pagaram um alto preço pela intransigência governamental de se aferrar aos termos de sua submissão ao FMI. Mais de 30 organizações internacionais de direitos humanos denunciaram uma “repressão desmedida por parte do Estado equatoriano, que gerou centenas de pessoas feridas e detidas ilegalmente e a morte de várias pessoas”.

A prefeitura de Quito informou, ainda pela manhã de domingo, que o transporte público estava suspenso, o aeroporto estava aberto apenas para pouso e mais de 60 ruas estavam interditadas por barricadas.

Um dos prédios governamentais, o da Procuradoria, foi incendiado. Durante toda esta manhã, o fogo das barricadas em chamas, misturado com o das bombas de gás lacrimogêneo enchia a cidade de fumaça. Uma parte dos equatorianos rebelados utilizaram artefatos caseiros e coquetéis Molotov.

A decisão do povo equatoriano foi de manter a sublevação no domingo, mesmo com o encontro entre governo e as organizações indígenas que estiveram na vanguarda da mobilização nacional que incluiu estudantes, trabalhadores e moradores dos bairros populares, uma vez que, no dia anterior, Moreno, anunciara o encontro, mas horas antes baixara outro decreto repressivo tornando Quito uma cidade ocupada e com toque de recolher marcado para começar às 15:00 do domingo, portanto, no mesmo momento em que se iniciariam as negociações.

Foi mantida a movimentação, para elevar a pressão sobre o governo, forçando-o a recuar. Em diversos pontos da capital, começaram a ser vistos soldados e policiais marchando pelas ruas ao lado dos manifestantes, o que mostrava que Moreno já começava a perder o controle do aparato repressivo, inclusive com ocorrência em que tropa do exército defendeu manifestantes contra a polícia.

Ao final da manhã, foi anunciada suspensão do toque de recolher e o clima na cidade começou a ficar menos tenso.

As negociações só começaram às 20:00 da noite do domingo, uma vez que, os bloqueios de estrada acabaram por dificultar a chegada dos líderes indígenas que iriam participar da “Mesa de Diálogo”.

CELEBRAÇÃO

Uma multidão de manifestantes acompanhou, reunida no parque El Arbolito, concentração que já acontecia desde o dia 9 quando da chegada das caravanas que somaram 20 mil indígenas vindos, como eles mesmos anunciaram, “das serras, do litoral e da Amazônia”. A explosão

de alegria aconteceu quando os equatorianos viram, através da transmissão, televisiva ao vivo, conforme exigiram os dirigentes da Conaie, Coordenadoria Nacional Indígena do Equador, o fechamento do acordo.

Vídeo lincado mostra a celebração do acordo anunciado pelo presidente Moreno que, antes de revogá-lo, culpou o ex-presidente Rafael Correa pelos protestos que sacudiram o Equador: https://elpais.com/internacional/2019/10/14/america/1571017066_691583.html

REVOGAÇÃO

Junto com o decreto revogado, que suspendia o subsídio aos combustíveis, os protocolos firmados pelo governo com o FMI exigiam a redução das férias dos servidores públicos pela metade, demissão em massa de servidores e redução nas aposentadorias. Ainda fazia um ataque a direitos previdenciários dos que restassem no trabalho. Ao final, estabelecia um empréstimo inicial de 4,2 bilhões de dólares, o que aumentaria a dívida do país.

O empréstimo prometido pelo FMI ao Equador, deveria chegar a US\$ 10 bilhões, uma vez atendidas as imposições protocoladas. Para isso, o Equador, através do arrocho sobre a população, deveria reduzir o déficit fiscal e ainda elevar sua reserva em bancos estrangeiros, dos atuais 4 bilhões, para 15 bilhões de dólares.

A “Mesa de Diálogo” foi resultado do movimento realizado pela Conaie que, ao mesmo tempo em que mantinha a intensa mobilização popular, procurou contatar a delegação da ONU no Equador através da Defensoria do Povo, órgão que manteve contato com os manifestantes desde o início da sublevação.

As negociações acabaram sendo acompanhadas pelo arcebispo Luis Cabrera, da Conferência Episcopal Equatoriana e pelo representante da ONU, Arnaud Perald. Por seu lado, os dirigentes indígenas firmaram que “as mobilizações e medidas de fato em todo o Equador são encerradas e nos comprometemos em restaurar a paz no país”.

Ao fazer a leitura do acordo, o presidente Moreno – que até o dia anterior dizia que não arredava o pé dos termos do decreto 883 – agora declarava sua revogação e que isso era uma “solução para a paz e para o país”.

“O governo substituirá o decreto 883 por um novo que contém mecanismos para focar recursos naqueles que mais precisam”, acrescentou o presidente.

O líder da Conaie, Jaime Vargas, que esteve no comando da mobilização indígena, confirmou a suspensão das manifestações. A negociação durou quatro horas, estendendo-se quase até a meia-noite do domingo.

No momento mais tenso, o líder da Conaie, Abelardo Granda, questionou: “Mesmo com a revogação do decreto, quem vai pagar pelas vidas?”

O presidente da Conaie tomou a palavra e declarou a disposição dos equatorianos em suspender a mobilização mediante o gesto governamental de revogação do 883: “Uma medida que gera injustiça social, não aporta o desenvolvimento nacional, não tem nenhuma coerência fiscal e provocou uma convulsão social além de perdas milionárias”.

“O pedido do país é a revogação do decreto”, acrescentou Vargas com a autoridade de haver estado no comando de um levante contra a submissão ao FMI, “se neste momento isso fica decidido, então o país se tranquiliza totalmente, em todos os territórios”.

Ficou acordada a criação de uma comissão com a participação do governo e de representantes dos indígenas com objetivo de elaborar outro decreto para substituir o 883. A ONU e a Igreja Católica vão mediar as negociações.

NATHANIEL BRAIA

Cresce apoio ao impeachment e Trump abre guerra à Câmara



Presidente Putin: “pela soberania da Síria” Putin defende retirada de tropas estrangeiras com presença ilegal na Síria

O presidente russo Vladimir Putin pediu a restauração da soberania da Síria e a retirada de forças estrangeiras, incluindo o exército russo, se Damasco assim o decidir, em entrevista às tevês em árabe Al Arabiya, RT e Sky News, na véspera de sua visita à Arábia Saudita na segunda-feira (14).

“Todos aqueles que estão presentes no território de um estado estrangeiro, neste caso a Síria, ilegalmente, devem deixar seu território. Isso se aplica a todos os estados”, afirmou Putin, sobre as notícias de que a Turquia desencadeou uma ofensiva contra milícias curdas no norte do país.

O líder russo se referiu então, ao papel da Rússia, também presente no terreno como uma força convidada pelo governo sírio, de acordo com o direito internacional.

“Se as futuras autoridades legítimas da Síria disserem que não precisam mais da presença das forças militares russas, então, é claro, isso também se aplicará à Federação Russa”, sublinhou Putin.

“Hoje, estamos debatendo essa questão de maneira absolutamente aberta com todos os nossos parceiros: os iranianos, os turcos. Também conversamos sobre isso muitas vezes com nossos parceiros americanos”, acrescentou o chefe de Estado russo.

“E eu já disse abertamente aos meus parceiros o que vou lhe dizer: o território sírio deve ser libertado de qualquer presença militar estrangeira e a integridade territorial da Síria deve ser totalmente restaurada”.

No início deste mês, o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou a retirada de tropas dos EUA das regiões fronteiriças do nordeste da Síria, ao que se seguiu a incursão turca contra forças que vinham atuando sob chancela de Washington, as milícias curdas, e que o regime Erdogan considera terroristas e separatistas.

Ao contrário de Moscou, as forças americanas estão presentes ilegalmente desde 2016 no país. Essa presença foi fortemente denunciada por Damasco em várias ocasiões.

O governo Assad também repeliu a incursão turca no norte do país, classificando-a de “agressão” e “violação da Carta da ONU”. A mídia síria anunciou o envio de tropas sírias à fronteira.

O presidente russo também destacou a importância da cooperação entre Moscou e Riad, cujo fortalecimento ele sugeriu.

Questionado sobre a expansão da Otan até às fronteiras russas, Putin assinalou que “é claro que, quando a infraestrutura de um bloco militar se aproxima de nossas fronteiras, isso não pode nos agradar”.

Ainda na entrevista, Putin condenou ataques contra instalações petrolíferas no Golfo Pérsico, qualquer que seja o autor. Ele conclamou a um entendimento entre as nações do Golfo. “Uma potência tão importante quanto o Irã, que está presente neste território há milênios – os iranianos, os persas vivem aqui há séculos – obviamente tem seus próprios interesses, que devem ser respeitados”, acrescentou.

Presos em Washington dois colegas de Rudy Giuliani envolvidos no “Ucrâniagate”

Sob acusação de envolvimento em financiamento irregular de campanha, duas pessoas ligadas ao advogado pessoal de Trump, Rudolph Giuliani, foram presas na quinta-feira nos EUA, Lev Parnas e Igor Fruman.

Os dois haviam sido anteriormente intimados a depor sobre outra questão – a do processo de impeachment de Trump – por supostamente terem ajudado Giuliani na investigação sobre a corrupção do então vice-presidente Joe Biden na Ucrânia e que agora é o mais forte pré-candidato democrata para 2020.

Segundo a Reuters, os promotores acusam Parnas e Fruman de canalizarem ilegalmente dinheiro para um comitê eleitoral pró-Trump e outros candidatos nos EUA. O processo de impeachment em fase preliminar na Câmara tem como móvel a acusação, feita por um agente da CIA, de que ouviu relatos de outros agentes, de que Trump telefonou ao novo pre-

sidente ucraniano Volodymyr Zelensky para que investigasse corrupção de Biden (e do filho), sob ameaça de reter ajuda militar norte-americana de quase US\$ 400 milhões.

Ainda de acordo com os promotores, Parnas e Fruman conspiraram para contribuir com dinheiro estrangeiro, incluindo pelo menos US\$ 1 milhão de um empresário russo não identificado a candidatos a cargos federais e estaduais “para comprar influência”.

Separadamente, foi doado US\$ 325.000 para um comitê de ação política pró-Trump chamado America First Action em maio de 2018, e o dinheiro foi falsamente reportado como proveniente de uma suposta empresa de gás natural criada para ocultar sua verdadeira fonte, de acordo com a acusação. Apesar de terem cidadania norte-americana, Parnas nasceu na Ucrânia e Fruman, na Bielorrússia.

Matéria completa em www.horadopovo.com.br



Trump atacou a Câmara em carta oficial e negou-se a dar informações requeridas

Cosmonauta soviético Alexei Leonov, o 1º a caminhar no espaço, falece aos 85 anos

Alexei Leonov tornou-se o primeiro a caminhar no espaço em março de 1965. Dez anos mais tarde, em julho de 1975, fez seu segundo voo, durante o qual participou do acoplamento da nave espacial soviética Soyuz com a norte-americana Apollo. Ele faleceu nesta sexta-feira (11) aos 85 anos após enfrentar uma longa doença, informou a agência de notícias russa TASS.

“O presidente russo, Vladimir Putin, conhecia Leonov bem e tinha grande respeito por sua coragem”, disse o porta-voz do Kremlin Dmitry Peskov. Leonov nasceu em 30 de

maio de 1934 na Sibéria Ocidental e graduou-se na escola de aviação. Em 1960 alistou-se no primeiro destacamento de cosmonautas soviéticos.

Embora menos conhecido internacionalmente que Yuri Gagarin, o primeiro homem a entrar no espaço, Leonov era um nome familiar na União Soviética e será lembrado em particular por seu papel na missão Voskhod-2. Durante esse voo Leonov realizou a inédita caminhada espacial, um episódio que durou 12 minutos e 9 segundos.

Quando o cosmonauta

iniciou a volta para a nave Voskhod-2, encontrou-se em uma situação de emergência: seu traje espacial inflou-se, o que o obrigou a entrar na escotilha com a cabeça para frente, ao contrário do que estipulava o regulamento.

Alexei Leonov foi o vice-chefe do Centro de Treinamento de Cosmonautas Yuri Gagarin de 1970 a 1991. O cosmonauta também é autor de quatro invenções e de mais de dez obras científicas. Foi duas vezes Herói da União Soviética e também reconhecido como um artista talentoso por seus quadros.



Leonov foi autor de quatro invenções, dez obras científicas e pintor de talento

Noruega rejeita escudo antimíssil da Otan

Apesar das contínuas pressões da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que cooptou inclusive o ministro da Defesa do país escandinavo, a Noruega disse não à proposta de instalação de mísseis em seu território.

“Depois de avaliar mais detalhadamente a política de segurança, o governo não prevê adquirir sensores de nível superior ou interceptar mísseis que possam converter-se em parte da defesa anti-mísseis balísticos da Otan”, afirmou um comunicado oficial norueguês.

Diferentes analistas e estudiosos coincidem que o país seria “ideal” e “muito importante” para os Estados Unidos, considerado “uma plataforma de lançamento de mísseis” da Aliança Atlântica para rastrear o que chama “ameaça” militar russa.

Um documento secreto das Forças Armadas havia utilizado em 2017 a suposta “ameaça russa”, como a principal razão pela qual a Noruega deveria somar-se ao escudo anti-mísseis da Otan. De acordo com a especialista em Rússia do Instituto Norueguês de Assuntos Exteriores, Julie Wilhelmsen, a decisão pelo “não” é a mais correta,



Sistema de mísseis Patriot dos EUA instalado na Polônia

uma vez que ajuda as autoridades a “evitar novas tensões”.

Apesar de se manter de fora da provocação, o governo norueguês decidiu aumentar os gastos de defesa para 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB), ficando como o décimo terceiro país entre os países membros da Aliança por gasto em defesa. A título de comparação, há dois anos ocupava o décimo lugar.

O secretário-geral da Otan e ex-primeiro-ministro da Noruega, Jens Stoltenberg, declarou que o país escandinavo “caiu na lista dos contrários”, já que os de-

mais membros da Aliança “aumentaram seus gastos de defesa”.

Para o ministro de Defesa, Frank Bakke-Jensen, devido ao desenvolvimento tecnológico, as Forças Armadas têm se tornado cada vez “mais caras”, o que faz com que “manter as capacidades antigas possa ser mais custoso que as novas”.

Condenando a tentativa irresponsável de consolidação de um escudo anti-mísseis sobre a Europa do Leste, o governo da Rússia lembrou que a medida poderia minar o equilíbrio estratégico e conduzir a uma nova corrida armamentista.

A presidente da Câmara, Nancy Pelosi, advertiu que “os esforços para esconder o abuso de poder do presidente serão considerados como evidências de obstrução”

No que os principais jornais norte-americanos apresentaram como uma “escalada” para uma “crise constitucional”, a Casa Branca anunciou que se recusa a cooperar com a investigação de impeachment da Câmara e inclusive proibiu o embaixador junto à União Europeia, Gordon Sondland, de depor.

A recusa coincide com nova pesquisa do Washington Post que registra que a maioria (58% contra 38%) dos norte-americanos apoia a decisão de iniciar o processo de impeachment, e quase metade agora pensa que a câmara deve recomendar o impeachment de Trump.

Mesmo entre os entrevistados que se declararam republicanos, a concordância com abertura de processo de impeachment subiu para 18%.

Em comunicado à noite, a presidente da Câmara dos Deputados, Nancy Pelosi, advertiu que “os esforços contínuos para esconder a verdade sobre o abuso de poder do presidente contra os americanos serão considerados como novas evidências de obstrução”. Para ela, a carta de Trump tenta transformar a ilegalidade que cometeu “em virtude”. “Sr. Presidente, você não está acima da lei. Será responsabilizado”, afirmou.

O advogado do presidente, Rudy Giuliani – que já constituiu advogado -, juntou-se à recusa, enquanto o Departamento de Estado, que não forneceu nada do que foi pedido, enviou uma carta protelatória, como relatou Mike Pompeo.

CERCO APERTA

A acusação, a partir de denúncia feita por um agente da CIA, citando testemunhas de primeira mão, é que Trump telefonou ao novo presidente ucraniano Volodymyr Zelensky em julho, para exigir que este investigasse o pré-candidato a presidente (e ex-vice) Joe Biden, sob ameaça de reter ajuda militar de quase US\$ 400 milhões.

O que foi imediatamente abraçado pelos democratas como “uso ilegal da presidência para solicitar interferência de um país estrangeiro nas eleições dos EUA de 2020” e “ameaça à segurança nacional” norte-americana.

Apertando o cerco a Trump, a Câmara acionou o secretário do Pentágono, Mark Esper, para que entregasse documentos sobre a ajuda militar à Ucrânia, que foi congelada durante mais de um mês, apesar de aprovada pelo Congresso. Em entrevista, Zelensky asseverou que “não foi pressionado”.

Após o escândalo vir à tona, Trump divulgou um resumo da transcrição do telefonema, em que o “favor” que ele pede diretamente a Zelensky é que este ache um suposto servidor da CrowdStrike, empresa de guerra cibernética envolvida no Russiagate e no caso do hackeamento do Diretório Nacional Democrata.

O pedido de investigação da “corrupção de Biden” foi em seguida. Biden virou, nos anos Obama, depois do golpe da CIA de 2014, “vice-rei” ucraniano e até colocou o filho, Hunter, na diretoria de uma empresa privada de gás, a Burisma. Em vídeo, Biden se gabou de ter arrancado do governo de Kiev a demissão do procurador-geral [Viktor Shokin], sob ameaça de vetar empréstimo de US\$ 1 bilhão. Shokin estaria investigando a corrupção da Burisma.

Em uma carta de oito páginas, o advogado da Casa Branca, Pat Cipollone, comunicou a recusa em cooperar, alegando que isso se devia a que os direitos de Trump estariam sendo violados e que faltava aprovação formal do impeachment, ao contrário de todos os processos precedentes.

A carta acusava, ainda, os democratas de tentarem reverter o resultado da eleição passada com o processo de impeachment e chamava o inquérito em curso de “partidário e inconstitucional”.

Ainda segundo Cipollone, a Câmara não estaria respeitando “o direito de ver todas as evidências, de apresentar evidências, de chamar testemunhas, de ter advogados presentes em todas as audiências, de interrogar todas as testemunhas, de fazer objeções relacionadas ao exame de testemunhas ou à admissibilidade de depoimentos e evidências, e de responder a evidências e testemunhos”.

De acordo com a carta, jamais a Câmara tentou iniciar um inquérito de impeachment contra um presidente “sem que a maioria da Câmara se responsabilizasse politicamente por essa decisão, votando para autorizar um passo constitucional tão dramático”. No lugar, acusa Pelosi de ter feito uma conferência de imprensa na qual anunciou a “investigação oficial de impeachment”.

A carta conclui asseverando que Trump tem mais o que fazer e não pode permitir que esses procedimentos constitucionalmente ilegítimos “o distraiam a ele e aos do Poder Executivo” de seu trabalho “em nome do povo americano”. Ah, claro: segundo o documento, Trump nada fez de errado. Segundo o New York Times, o segundo denunciante que – ao contrário do primeiro – presenciou o fato, ficou “visivelmente abalado” com o que ouvira, pois seria “muito além” dos limites de tais ligações “entre presidentes”. Ainda na descrição, a ligação de Trump fora “doida” e “assustadora”.

Já o Washington Post asseverou que os parlamentares democrata estão considerando medidas extraordinárias para proteger o denunciante quando este for testemunhar, desde realizar a audiência em local secreto a até disfarçar a voz e o rosto.

Não são os únicos preocupados com o futuro desse denunciante que, operando não se sabe desde quando para uma Agência cuja especialidade é “fraudar, enganar e mentir” – além de organizar golpes, atentados e assassinatos –, tenha ficado tão “visivelmente abalado” com a ligação de Trump para Zelensky.

Noventa ex-oficiais de segurança nacional dos governos Obama e Bush – e três que atuaram por um período sob Trump – assinaram uma “Carta Aberta ao Povo Americano” em defesa do agente da CIA denunciante. Que, defenderam, “merece nossa proteção” e sua identidade deve ser “protegida a qualquer custo”.

Calorosa defesa que seria convincente, não fosse o fato de que os signatários processaram denunciante a rodo: ex-diretores da CIA John Brennan, Michael Hayden e Michael Morell, ex-diretor de Inteligência Nacional James Clapper, ex-secretário de Defesa Chuck Hagel, ex-subsecretária de Defesa Michele Flournoy, ex-subsecretária de Estado para Assuntos Políticos Wendy Sherman (enviada de Obama à Ucrânia).

ANTONIO PIMENTA
Íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br

A questão nacional na revolução chinesa - 2

Continuação da edição anterior

Na China, a força social que comanda o país, através do Partido Comunista, depois de superada a controvérsia sobre se a ênfase deveria recair nas relações de produção ou nas forças produtivas, estabeleceu como objetivo básico destruir o desenvolvimento das forças produtivas. E usa o Estado nacional como instrumento desse desenvolvimento

NILSON ARAÚJO DE SOUZA*

No discurso em relação ao projeto de Constituição, em 1954, Mao estabelece, no entanto, que o socialismo não se implanta “em um só golpe”, mas “deve ser feito gradualmente”. E descreve o processo que estaria se desenvolvendo na China que reputamos semelhante ao que fora a NEP (Nova Política Econômica) na União Soviética, tendo como um dos seus principais instrumentos o capitalismo de Estado:

“A Constituição estipula a obrigação de realizar as transformações socialistas e a industrialização socialista do país. Aqui está a fidelidade aos princípios. Agora, aplicar o princípio do socialismo significa implantar o socialismo da noite para o dia, em escala nacional e em todos os campos? Isso pode parecer muito revolucionário, mas, como carece de flexibilidade, está fadado a cair em inoperância, encontrar oposição e terminar em fracasso. Assim, o que não deve ser feito em um só golpe deve ser feito gradualmente. Vejamos o caso do capitalismo de estado; o que é proposto é a sua implementação gradual. O capitalismo de estado não se limita a uma única forma – a de uma joint venture entre o Estado e o privado – mas tem formas diferentes. Observe as palavras ‘gradual’ e ‘diverso’. Isso significa que o capitalismo de estado será gradualmente implementado em suas várias formas, até atingir o sistema socialista de propriedade de todo o povo. A implementação deste sistema é o nosso princípio, mas sua execução deve ser acompanhada de flexibilidade. Aqui, o termo ‘flexibilidade’ aponta para o capitalismo de estado, que tem ‘várias’ formas e não apenas uma, e cuja realização é alcançada ‘gradualmente’ e não da noite para o dia”.

Mas o fato de iniciar a construção socialista não significa que a questão nacional tenha desaparecido da revolução chinesa. Num mundo ainda dominado pelo imperialismo, a questão nacional persiste mesmo depois de avançada a construção do socialismo.

A revolução chinesa de 1949, além de várias fases e de avanços e recuos, e de superada a etapa nacional democrática, que teria transcorrido de 1949 a 1952, viveria dois momentos distintos, que, ainda que interligados, apresentam suas especificidades: a etapa de construção do socialismo por meio do avanço da socialização dos meios de produção, que vai de 1952 a 1976 (morte de Mao), e a etapa de construção com base numa espécie de NEP tardia, prolongada e ampliada, implementada por meio das reformas deflagradas em fins de 1978 sob a liderança de Deng Xiaoping. Nossa hipótese é a de que, por ter sido encerrada prematuramente a NEP na fase inicial e, portanto, mais apropriada de construção do socialismo e, por conseguinte, não haver extraído dela todos os benefícios para essa construção, os dirigentes chineses teriam recorrido a uma espécie de NEP tardia nesse novo período.

Na fase inicial dessa etapa de construção socialista, tudo indica que, inspirando-se na experiência soviética, a transição se deu por meio de uma sorte de NEP, que utilizou o capitalismo de estado como um dos instrumentos mais importantes. Repetindo Mao: “Isso significa que o capitalismo de estado será gradualmente implementado em suas várias formas, até atingir o sistema socialista de propriedade de todo o povo”. Parece, no entanto, que a NEP teria sido atropelada por iniciativas como o “Grande Salto à Frente”, lançado em 1957, que, ao tentar acelerar a coletivização antes de a NEP esgotar seu papel, teria engendrado dificuldades adicionais na construção do socialismo. Não posso afirmar isso sem estudos mais completos, mas tenho trabalhado com essa hipótese. Mesmo assim, apesar de iniciativas posteriormente consideradas voluntaristas, como o “Grande Salto à Frente” e a “Grande Revolução Cultural Proletária”, deflagrada em 1967, o país se industrializou e melhorou as condições de vida dos trabalhadores, possibilitando o crescimento da economia, ainda que a um ritmo não muito elevado.

Ainda que a construção do socialismo tenha passado a preponderar nessa etapa, a questão nacional seguiu tendo um peso importante. A “campanha das cem flores” (“Que cem flores desabrochem, que cem escolas rivalizem”), lançada em 1956, pode indicar uma tentativa de, através da discussão, unificar o país em torno de uma ideologia que enfatizasse a questão nacional. Nesse período, por exemplo, por iniciativa da China e de outros países do Terceiro Mundo, constituiu-se o Movimento de Países Não-Alinhados. Ainda que inicialmente esse movimento tenha se iludido com a possibilidade de uma “terceira via”, considerando como igualmente nocivos o imperialismo estadunidense e a União Soviética, o discurso do premiê chinês, Chou Enlai, na Conferência de Bandung, em 1955, que fundou o movimento, declarou que seu objetivo seria “combater o colonialismo e exigir independência nacional”.

Apesar de que, a partir de 1967, a direção do PC chinês haja começado a qualificar a URSS de estado social-imperialista, sendo até mais perigoso do que o imperialismo estadunidense, aprovou, na Conferência dos Não-Alinhados em Argel, em 1973, a fórmula “contradição centro-periferia”, quando a contradição com o imperialismo estadunidense tornou-se o enfoque central dos Não-Alinhados, a ponto de que, na Conferência de 1976, escolheu Cuba para sediar o próximo encontro, no qual Fidel Castro seria eleito presidente do movimento.

No segundo momento, iniciado em 1978 e ainda vigente, a economia chinesa se modernizou, seu PIB cresceu a 9,5% ao ano durante mais de três décadas e ultrapassou o PIB dos EUA (se medido em termos de paridade de poder de compra). Os EUA estão declinando em termos relativos e a China está em ascensão. É a inexorabilidade



de da lei do desenvolvimento desigual. Por que os Estados Unidos, do ponto de vista econômico, estão declinando em termos relativos e a China está em ascensão? A questão chave é que, nessa época decadente de domínio do capital financeiro, quem comanda seu Estado é a oligarquia bélico-financeira, e o usa, prioritariamente, para favorecer o parasitismo rentista e a guerra, e não o desenvolvimento das forças produtivas. Os pacotes fiscal-monetários adotados a partir da grande recessão de 2007-2009 expressam essa realidade: foram injetadas toneladas de dólares para comprar os títulos podres armazenados nos bancos. Não significa que não haja estímulo à atividade produtiva; significa que o preponderante, inclusive na crise de agora, é favorecer a oligarquia financeira. Por mais que possam haver ações que desenvolvam as forças produtivas, no fundamental sua ação objetiva favorecer os rentistas da casta bélico-financeira e a indústria da destruição, a indústria da guerra. Na China, ocorre o contrário, a força social que comanda o país, através do Partido Comunista, depois de superada a controvérsia sobre se a ênfase deveria recair nas relações de produção ou nas forças produtivas, estabeleceu como objetivo básico destruir o desenvolvimento das forças produtivas. E usa o Estado nacional como instrumento desse desenvolvimento.

Nesse período, o caminho trilhado por meio do que, na nossa hipótese de trabalho, seria uma espécie de NEP tardia, prolongada e ampliada recorreu a vários mecanismos de mercado. Por isso, há os que postulam que o forte desenvolvimento da China, cujo PIB crescia a 9,5% ao ano desde 1980 até 2012, se deve aos mecanismos mercantis. Acho que não é bem assim, senão o resto do mundo, as chamadas economias de mercado – o capitalismo –, dominadas por mecanismos mercantis, também estariam se desenvolvendo de forma acelerada. Os mecanismos mercantis na China são auxiliares. O que predomina é a ação do Estado sobre a economia. A ação do Estado, dirigida conscientemente, avança a economia e possibilita seu desenvolvimento. Os mecanismos de mercado, ao contrário, se ultrapassarem os limites em que possam ser controlados pelo Estado, sobretudo se, além de afetarem a parte da economia privada e suas relações com o setor estatal, também estiverem presentes ao interior deste setor, podem ser

importantes fatores de crise, como ocorre nas economias capitalistas. Suspeitamos que foram eles que serviram de correia de transmissão para que a grande recessão deflagrada em 2007 se introduzisse na economia chinesa, derrubando seu ritmo de crescimento. E teria sido a ação do Estado chinês que evitou que a queda fosse maior.

Há quem ache que a China retrocedeu ao capitalismo. A nosso ver, capitalismo tout court não é, senão não estaria se desenvolvendo da maneira que tem se desenvolvido, pelo menos até 2012, a um ritmo muito elevado e de maneira sustentada, quando o capitalismo mundial se arrasta num crescimento medíocre, ou estagnação, há décadas. Por outro lado, não considero apropriadas as terminologias “socialismo de mercado” ou “economia socialista de mercado”, porque, por mais que determinada etapa do socialismo possa recorrer ao mercado, sobretudo na fase inicial, não significa que o mercado possa qualificar o socialismo. A construção e avanço do socialismo significam socializar cada vez mais os meios de produção e as forças produtivas e aumentar o papel do plano na economia, isto é, aumentar a ação da consciência sobre a economia, enquanto no mercado é a inconsciência, a competição, a anarquia, que predominam. O socialismo recorre ao mercado que já havia antes da revolução, ou que recria em determinada circunstância ao implantar uma espécie de NEP, principalmente quando triunfa

numa economia capitalista atrasada, em que as forças produtivas se encontram muito pouco desenvolvidas (registre-se que, para Stalin, mesmo numa economia capitalista avançada e, portanto, monopolizada, como ainda persistem a pequena e média empresa, a transição para o socialismo implica o recurso à NEP). Na construção socialista, o caminho da NEP tem como instrumento econômico fundamental o setor produtivo estatal e como principal instrumento coadjuvante o capitalismo de estado. Conjecturamos, então, que o que tem avançado o desenvolvimento econômico chinês tem sido a ação do Estado na economia. Mais ainda, é possível que a redução recente do ritmo de crescimento (caiu da faixa de 9,5% ao ano para pouco acima de 6%) decorra da internalização dos efeitos da crise capitalista mundial usando como correia de transmissão os mecanismos mercantis.

Esse soerguimento econômico da China, ao lado da decadência dos EUA, vem possibilitando o renascimento do multilateralismo, que havia sucumbido com o fim da União Soviética. É certo que ele esteja limitado pela forte dependência da China em relação ao destino de suas exportações e das aplicações financeiras de parte significativa de suas imensas reservas cambiais (mais de US\$ 3 trilhões), ou seja, os EUA. Mas, em resposta aos impactos da grande recessão, a China, dentre outras ações, como uma melhor distribuição de rendas (de 2008 a 2012, o



Mao Tsé-tung, líder da revolução chinesa

salário real médio, o poder de compra dos salários, cresceu quatro vezes mais do que a produtividade, fazendo o índice de Gini baixar de 0,49 em 2008 para 0,40 dez anos depois), tem buscado diversificar o destino de suas exportações e da aplicação de suas reservas. Isso contribui para bloquear o impacto interno da crise mundial. Mais ainda porque, com o objetivo de bloquear a vanguarda chinesa nas tecnologias de ponta, o governo dos EUA deflagrou uma guerra comercial contra a economia chinesa. Nesse período, em que o papel do Estado e do mercado interno se fortalece como resposta à crise capitalista mundial e à agressão comercial por parte dos Estados Unidos, a questão nacional reassume peso destacado na sociedade chinesa. Tanto neste período quanto no anterior, a defesa da independência e da unidade da nação tem tido um papel destacado nas formulações e na prática do PC da China. Foi nesse contexto que Xi Jinping assumiu a presidência do país e retomou o “sonho chinês”, que tem como desafio central o “grande renascimento da nação”. Cabe o registro de que em 1820 a economia chinesa representava 30% da economia mundial, mas, depois da ocupação e pilhagem por potências estrangeiras ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, reduziu esse peso para 5% à época da Revolução de 1949. Em 2018, às vésperas do aniversário de 70 anos da revolução, já representava 18,7% do PIB mundial pelos cálculos do FMI e 17,7% pelo critério do Banco Mundial (medido pela paridade do poder de compra).

* Nilson Araújo de Souza é doutor em Economia pela UNAM, com pós-doutorado em Economia pela USP, autor de vários livros, artigos e ensaios sobre Economia brasileira, latino-americana e mundial; professor do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da UNILA; diretor da Fundação Cláudio Campos; membro do Comitê Central e da Comissão Política Nacional do PCdoB



Rua de comércio em Pequim, capital da China. O município é o segundo mais populoso da China, com uma população de mais de 21 milhões de habitantes